



REPÚBLICA DE CABO VERDE
CONSELHO DE MINISTROS

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

UMA AGENDA ESTRATÉGICA

Outubro 2001

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

UMA AGENDA ESTRATÉGICA

MENSAGEM DE SUA EXCELENCIA O PRIMEIRO MINISTRO, DR. JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES

CONSTRUAMOS JUNTOS MAIS ESTA PONTE PARA A LIBERDADE

01. Os próximos anos serão cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde. O futuro dependerá em muito do que formos capazes de fazer nesta primeira década do Século XXI.

Cabo Verde, um micro-estado insular e saheliano, desprovido de recursos naturais, tem conseguido, desde a independência, em 1975, níveis crescentes de desenvolvimento político, económico, social e cultural.

A democracia é assumida pela sociedade e funciona. Realizou-se já a segunda alternância, com as eleições legislativas de 2001, ganhas pelo PAICV, depois de dez anos de oposição, que tem quarenta deputados em setenta e dois. O MpD, que exercia o poder, é, hoje, com trinta deputados, o principal partido da oposição. Mais dois partidos, o PCD e o PTS, com um deputado cada, têm assento parlamentar. Há, ainda, outros partidos – PRD, UCID e PSD – sem assento parlamentar, mas que participam activamente no espaço político, contribuindo para a conformação da vontade política nacional.

O Governo apresenta-se mensalmente perante o Parlamento para responder às perguntas e interpelações dos deputados e debater questões de política interna e externa.

A comunicação social é livre, havendo em Cabo Verde plena liberdade de expressão.

Há, pois, liberdade de dissenso, espaços cada vez mais amplos de participação e mecanismos de controle do exercício do poder.

02. Apesar de, nos últimos 26 anos, ter havido grandes avanços nos domínios económico e social – de um PIB per capita de USD 300, em 1975, o país atingiu, hoje, um PIB per capita de USD 1200 –, Cabo Verde continua confrontado com o problema macro-económico fundamental, que consiste no desequilíbrio estrutural entre, de um lado, a produção nacional e, de outro, a despesa interna.

Isto é, a produção da riqueza nacional muito aquém da demanda interna é a razão fundamental do déficite permanente da balança de transações correntes e de outros desequilíbrios que têm caracterizado a economia cabo-verdiana.

Há, ainda, déficits consideráveis nos domínios da água, saneamento, energia, transportes, rede viária e habitação social.

Mais de 30% da população é pobre, dos quais 14% vive em situação de extrema pobreza.

Segmentos expressivos da sociedade não têm protecção social mínima. O desemprego atinge, ainda, cerca de 25% da população economicamente activa.

03. O país precisa, pois, crescer, e crescer a um ritmo acelerado, para fazer face às crescentes demandas da sociedade, às exigências do processo de maturação da democracia e à afirmação da cidadania.

O Governo propõe-se, pois, como missão “fazer com que os cabo-verdianos ascendam a um patamar de rendimento económico e de qualidade de vida que valorize a sua dignidade humana”, aplicando “uma política económica que garanta um desenvolvimento sustentado, compatível com a solidariedade social, regional e intergeracional e que seja consentâneo com a durabilidade ambiental e assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade... um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social e seja portador de equidade e de justiça social”

Essa dinâmica de desenvolvimento depende de uma governação forte, capaz de unir os cabo-verdianos em torno de uma visão de futuro, de determinar a missão fundamental e as linhas de orientação estratégicas, de identificar as prioridades e os objectivos nacionais, de mobilizar os recursos institucionais, humanos e financeiros necessários e de garantir a execução eficiente das acções, a eficácia e a efectividade dos resultados.

Daí a importância do planeamento estratégico para o processo de desenvolvimento de um país que nem Cabo Verde. Um plano estratégico suficientemente consistente para nos apontar o futuro, mas também suficientemente flexível para ser adaptado às mudanças ambientais que se verificarem no percurso da implementação.

04. A visão de futuro deve ser partilhada por todos os segmentos políticos e sociais, de modo a que a sua concretização possa mobilizar toda a sociedade.

Dos debates havidos e da identificação das aspirações dos cabo-verdianos, determinou-se como imagem de futuro de Cabo Verde desejado no horizonte de 20 anos “ **um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida**”.

No quadro desta legislatura, as estratégias e as opções devem ser orientadas para a consecução desta visão partilhada do futuro.

E três são os eixos estratégicos fundamentais: **a inserção na economia internacional; o sector privado como motor de desenvolvimento; o desenvolvimento e afirmação da cultura nacional.**

05. A realização de tais objectivos passa, antes de mais, por uma “**boa governação**”. Tendo em atenção a vulnerabilidade económica, ecológica e social de um país pequeno e insular que nem Cabo Verde, ainda na fase de acumulação de riquezas humanas, espirituais e materiais que não de sustentam a dinâmica de desenvolvimento, a governação deve pautar-se por princípios de rigor e de transparência e orientar-se para a intensificação da democracia, a afirmação da liberdade e da cidadania.

Daí a necessidade de uma profunda Reforma do Estado, que abranja a redefinição do seu papel no contexto de um pequeno país insular, a mudança da dinâmica de relacionamento com a sociedade, através, designadamente, da reinvenção de uma administração pública, que funcione como instrumento eficaz de intermediação e de desenvolvimento.

Assim, a criação de um ambiente institucional, económico e financeiro que favoreça a iniciativa e os investimentos privados, a realização pelo Estado da sua função reguladora e de prestação efectiva de serviços públicos, a descentralização e a consolidação do poder local democrático, a modernização da administração pública e da administração local autárquica, o reforço do equilíbrio

e da equidade regionais, a reforma do Parlamento, a reforma do sector da justiça, a redefinição do papel das forças armadas, o desenvolvimento e a afirmação da sociedade civil devem erigir-se como eixos estratégicos da reforma do Estado.

A boa governação deve estribar-se também na estabilidade das grandes variáveis macro-económicas e na boa gestão das finanças públicas, através designadamente de uma política orçamental sadia e equilibrada.

06. Cabo Verde precisa criar riquezas e crescer a um ritmo acelerado.

Assim, a inovação, o crescimento e a competitividade são cruciais para o futuro.

A capacidade de gestão e a qualidade dos recursos humanos são elementos dinâmicos sobre os quais estribam a competitividade.

O turismo, os transportes, o comércio internacional, as pescas e a indústria são sectores-chaves.

Os investimentos na infra-estruturação – água, saneamento, energia, telecomunicações, rede viária, portos e aeroportos, - e no ordenamento do território são essenciais.

O crescimento e a competitividade da economia cabo-verdiana passam também pela afirmação do sector privado como motor do desenvolvimento.

Para a consolidação de um sector privado forte, o Estado deve criar um quadro político e governamental adequado, através da adopção de políticas macro-económicas equilibradas e racionais, da manutenção de um ambiente macro-económico estável e previsível, da criação de um sistema de incentivos e de um quadro institucional que permita às empresas e aos agentes económicos orientar os seus negócios para sectores produtivos e competitivos, da valorização dos recursos humanos, da infra-estruturação e do desenvolvimento do sector financeiro.

A privatização pode ser um importante factor de desenvolvimento do sector privado, desde que acompanhada de reformas profundas nos domínios financeiro e da regulação económica. As privatizações devem realizar-se, porém, num quadro jurídico e regulamentar claro e de gestão rigorosa e transparente, de modo a evitar a simples substituição do monopólio público pelo privado, a garantir a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores e a criar as condições para que o sector privado nacional realmente possa participar.

Por outro lado, a expansão de espaços de trocas comerciais, desde logo por causa da pequenez do país, designadamente através do acesso preferencial ao mercado da União Europeia e dos Estados Unidos da América, com base nos acordos de Cotonou e no Acto do Governo Americano sobre crescimento e oportunidades em África (AGOA), a inserção activa no quadro regional da CEDEAO, a adesão à Organização Mundial do

Comércio e a diversificação das parcerias estratégicas tem um impacto grande na atracção de investimentos externos, no incremento das exportações e no desenvolvimento do sector privado.

Aliás, globalmente, o Estado deve criar um ambiente político, legal, económico e financeiro que favoreça o investimento externo, as exportações, e um quadro de incentivos para o desenvolvimento de um tecido empresarial forte, produtivo e competitivo.

O Estado deve mobilizar toda a nação cabo-verdiana, todas as cabo-verdianas e cabo-verdianos, residentes ou na diáspora, para esta gigantesca obra rumo ao desenvolvimento sustentado do país.

A imagem externa é um recurso estratégico que deve ser potencializado. A Paz é um objectivo permanente do cabo-verdiano e uma marca do Cabo Verde independente e democrático.

A sustentabilidade ganha-se com a promoção de uma política de desenvolvimento social, que garanta o combate à pobreza e o reforço da coesão e da solidariedade. As reformas da saúde e da previdência social, políticas activas de emprego, a formação e qualificação dos recursos humanos, o combate a todas as formas de discriminação e de exclusão, são eixos prioritários de uma política social voltada para a dignificação das mulheres e dos homens cabo-verdianos.

Só o crescimento e o desenvolvimento assentes nos valores da liberdade e da democracia, na valorização da mulher, na salvaguarda e enriquecimento da nossa identidade cultural, na consciência ecológica, na solidariedade e na justiça social tem sementes de sustentabilidade.

A responsabilidade é de todos nós. Construamos juntos mais esta ponte para a liberdade.

Gabinete do Primeiro Ministro, na Praia, aos 14 de Janeiro de 2002.

O Primeiro Ministro,

José Maria Pereira Neves

ÍNDICE

MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO MINISTRO, DR. JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES	2
1 INTRODUÇÃO	7
2 OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1 O CONTEXTO MUNDIAL.....	8
2.2 OS PRESSUPOSTOS INTERNOS DO DESENVOLVIMENTO.....	9
2.2.1 <i>O Propósito do Governo</i>	9
2.2.2 <i>Valores, Princípios Nacionais e Desenvolvimento</i>	9
3 ANÁLISE RETROSPECTIVA DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA.....	12
3.1 ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR ECONÓMICO.....	13
3.2 ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR SOCIAL	16
4 OS DESAFIOS EMERGENTES DE CABO VERDE.....	20
5 A VISÃO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO.....	23
6 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	23
6.1 A ESTRATÉGIA GLOBAL.....	23
6.2 AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2002-2005)	25
7. IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	38
7.1. NATUREZA, FILOSOFIA E ABRANGÊNCIA DO PND.....	38
7.2. QUADRO INSTITUCIONAL DO SNP.....	39
7.2.1 <i>Reforma do Estado e da Administração Pública</i>	39
7.2.2 <i>Reestruturação do Sistema Nacional de Planeamento</i>	39
7.3 ARTICULAÇÃO ENTRE O PND, O PIP E O OE.....	40
7.4 MECANISMOS DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	40
7.5 RECURSOS NECESSÁRIOS E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO.....	41
7.6 POLÍTICA EXTERNA	43
7.7 O PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	43
7.8 O PAPEL DAS COMUNIDADES EMIGRADAS.....	45
8 O PAPEL DOS ACTORES.....	45
9 CONCLUSÃO	48

Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura.

Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante.

Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida

1 INTRODUÇÃO

Reconhece-se hoje que o factor que exerce a maior influência sobre a competitividade de uma Nação é a sua aptidão para mobilizar os seus recursos internos à volta, por um lado, de uma visão compartilhada do futuro e, por outro, de uma estratégia para a sua implantação adequada e durável.

Cabo Verde precisa de um modelo estratégico de desenvolvimento. Esse modelo deve ser de longo prazo, consensual, mobilizador da vontade e dos esforços nacionais. Deve também incorporar uma visão realista e integrada do desenvolvimento e significar uma mudança no modo de perspectivar o seu desenvolvimento. Esse modelo deve indicar claramente as etapas e as prioridades, combinar o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social, por forma a combater a pobreza e evitar o agravamento das disparidades sociais. Deve permitir, finalmente, nas nossas condições, a Reforma do Estado e o reforço da capacidade de gestão administrativa.

Torna-se, pois, evidente que a existência de uma visão estratégica de desenvolvimento - com um quadro estratégico claro e políticas adequadas implementadas - é uma ferramenta indispensável para construir o futuro do país.

É assim fundamental definir uma visão de futuro para Cabo Verde que seja partilhada e participada e que, de igual modo, possa ser operacionalizada independentemente das alternâncias políticas e governativas.

A elaboração e apresentação das **GRANDES OPÇÕES** é uma oportunidade ímpar para discutir e definir a concepção e filosofia do desenvolvimento do país rumo ao futuro. O estabelecimento de uma meta comum que constitui uma visão partilhada poderá permitir mobilizar a sociedade para as tarefas do desenvolvimento. Ainda, a definição do quadro global da problemática de desenvolvimento do país e sua clarificação no âmbito das Grandes Opções do Plano é uma alavanca que pode reforçar as sinergias na implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento clara e coerente e levar à adopção pelos diferentes actores de estratégias e políticas de desenvolvimento a médio e longo prazos.

Com este propósito, o Governo decidiu empreender um exercício de reflexão estratégica para a formulação das grandes opções de desenvolvimento do país. Essas são tidas como uma resposta à questão crucial : “Para onde Cabo Verde se dirige?”, ou ainda, “Onde estamos? Aonde queremos ir? Como lá chegar?”

O relançamento da reflexão iniciada no quadro do processo NLTPS – Estudo Nacional das Perspectivas a Longo Prazo ou “Cabo Verde 2020” - teve como objectivo desenvolver um quadro de diálogo e de concertação com as forças vivas e todos os actores nacionais sobre as aspirações da sociedade cabo-verdiana, objectivando a definição de uma visão do desenvolvimento a longo prazo e de um quadro estratégico de desenvolvimento, bem como apoiar os exercícios de formulação dos quadros de cooperação das agências e instituições parceiras do desenvolvimento de Cabo Verde.

Assente nessa metodologia, a actualização desta reflexão estratégica foi efectuada no período de três meses – Julho, Agosto, Setembro de 2001 – com a realização de três ateliers, a revisão dos estudos e documentos relevantes sobre Cabo Verde e com o funcionamento de sete grupos temáticos para reflectir sobre os aspectos cruciais do desenvolvimento de Cabo Verde e propor soluções viáveis para vencer os desafios que se colocam a Cabo Verde. Este exercício envolveu mais de 200 quadros da administração pública, do sector privado e da sociedade civil.

O presente documento é uma síntese das Grandes Opções do Plano, elaborado para divulgação junto do grande público, dos decisores e dos parceiros de desenvolvimento.

2 OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO

2.1 O CONTEXTO MUNDIAL

O mundo está em mutação muito rápida. As mudanças que ocorrem na economia globalizada ganham cada vez maior complexidade, gerando um contexto marcado pela incerteza e imprevisibilidade, associadas a uma elevada competitividade. Os processos crescentes de liberalização, privatizações e de maior abertura ao exterior - com o consequente aumento das exigências de maior controle de qualidade dos serviços e bens - caracterizam importantes mudanças na esfera económica mundial. As empresas, e consequentemente a força de trabalho, enfrentam um processo exigente de modernização, impelidos a actuar em mercados, em cenários novos e crescentemente dinâmicos, competitivos e sofisticados.

2.2 OS PRESSUPOSTOS INTERNOS DO DESENVOLVIMENTO

2.2.1 O PROPÓSITO DO GOVERNO

O Governo considera ser sua função essencial a de unir os cabo-verdianos no esforço nacional para o desenvolvimento sustentado, baseado na solidariedade social. Entende ainda ser sua missão primordial fazer com que os cabo-verdianos ascendam a um patamar de rendimento económico e de qualidade de vida que valorize a sua dignidade humana.

Ele pretende aplicar uma política económica que garanta esse desenvolvimento sustentado, compatível com a solidariedade social, regional e intergeracional e que seja consentâneo com a durabilidade ambiental e assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade. E que seja, finalmente, um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social, bem como propicie um desenvolvimento portador de equidade e justiça social.

Abrir-se-á, assim, uma era de desenvolvimento económico alicerçado num padrão de crescimento sustentado, com estabilidade macro-económica, maior enfoque na oferta e mais compatível com a solidariedade no contexto de um ciclo político e uma fase de maturação da democracia. Era essa em que os princípios e os valores éticos reflectir-se-ão com particular destaque nas áreas da Administração Pública, que será promotora do desenvolvimento e facilitadora do exercício da cidadania, da democracia e da Justiça.

2.2.2 VALORES, PRINCÍPIOS NACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

A. Os Valores Essenciais do Desenvolvimento Nacional

A *independência nacional* e a *institucionalização da democracia pluralista* são factores positivos que nunca será demais enfatizar. A paz, o desenvolvimento e a democracia são conceitos muito interligados. Nesta tríade, a necessidade de aperfeiçoamento da democracia é uma constante. A estabilidade política, a paz, a tranquilidade social e a democracia que se vive no país, valores ameaçados hoje em África, são propiciadoras de vantagens comparativas e, embora intangíveis, são factores capazes de impulsionar o desenvolvimento. Esta experiência democrática vem ganhando uma crescente simpatia e credibilidade no exterior.

A *valorização dos recursos humanos* é a variável desafio para o futuro do país. Existe unanimidade em considerar o capital humano – decorrente do binómio homem/cultura – como sendo o principal trunfo de que Cabo Verde dispõe. É, pois, no homem cabo-verdiano, portador de uma cultura rica, que deverá alicerçar-se o desenvolvimento do país. Existe também uma forte percepção por parte da população cabo-verdiana de que a educação constitui um factor importante de mudança social global e individual. Esta valorização da educação faz com que todos estejam

dispostos a investir na educação dos filhos e na auto-educação. Esta visão das populações, que é a mesma das instituições públicas, constitui um elemento central na mobilização de energias para a implementação de políticas que conduzam à criação efectiva de uma excelente base de recursos humanos.

A *valorização da mulher* constitui uma importante força. Reconhece-se a importância da mulher como agente de mudança e garantia de um desenvolvimento sustentado. Potenciar a contribuição da mulher no desenvolvimento económico, político, social e cultural é, seguramente, um desafio a que não se pode alhear o país que quer o progresso. A dimensão género visa garantir a realização dos direitos humanos, enquanto objectivo estratégico a atingir e factor estruturante de uma sociedade verdadeiramente democrática. Não é um mero factor de correcção de desigualdades.

Será essencialmente através da *cultura* que Cabo Verde poderá dar o seu modesto contributo à “aldeia global”, preservando, enriquecendo e salvaguardando, avisada e adequadamente, a sua identidade. Ciente de que a não preservação e valorização dos traços culturais positivos prejudica o desenvolvimento de Cabo Verde, deve se atribuir particular importância à dimensão cultural do desenvolvimento, integrando-a na planificação, o que implica a definição de uma política cultural global. Com efeito, a cultura é o elemento mais universal no diálogo entre os povos e as civilizações ao longo da história e deve ser tida em devida conta na contextualização do desenvolvimento. A homogeneidade e plasticidade da cultura nacional torna o cabo-verdiano um indivíduo aberto ao mundo, com grande capacidade de adaptação, de aprendizagem, receptivo à absorção de tecnologias, desejoso de se valorizar e com um razoável nível de educação (cultural e de instrução), no contexto africano.

B. Os Princípios em que deve assentar o Desenvolvimento Nacional

a) Os Equilíbrios Locais

A integração de Cabo Verde na economia global - em condições que lhe permitam a valorização do seu contributo e a aplicação dos seus recursos fora do seu espaço nacional - requer programas de desenvolvimento interno que assegurem todos os equilíbrios necessários. A abertura ao exterior implica necessariamente as devidas cautelas para evitar fracturas sociais e manter o equilíbrio social. A coesão e a solidariedade sociais implicam a necessária atenção a alguns aspectos cruciais do processo de desenvolvimento.

o O desenvolvimento local

A estratégia de desenvolvimento deve ter como elemento central o desenvolvimento equilibrado de todo o país, no sentido preciso que deve abarcar cada uma das ilhas em função da

sua vocação, porquanto tal constitui a única forma de evitar que os efeitos colaterais da concentração nalgumas ilhas ou pólos ponham em causa os progressos realizados e de permitir a distribuição dos benefícios do desenvolvimento para cada uma das ilhas. Assumirão papel relevante neste âmbito as políticas de ordenamento do território e de descentralização.

O desenvolvimento equilibrado implica ainda um processo de afectação de recursos que visa estancar e reduzir as disparidades locais estimulando o desenvolvimento do território a partir dos municípios, das bacias hidrográficas, das comunidades locais, etc..

A estratégia de desenvolvimento regional e local deve ter como referência o reforço da coesão económica e social e a correcção das assimetrias regionais, com vista, entre outros, à melhoria da qualidade de vida urbana e rural, à animação do espaço rural, ao acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos, ao equilíbrio ambiental, à gestão integrada dos recursos hídricos e à valorização dos recursos humanos pela via da educação.

- **A Luta contra a Pobreza**

A luta contra a pobreza e a melhoria da qualidade de vida constituem variáveis estratégicas para o futuro do país. A redução dos índices de pobreza e a erradicação da pobreza absoluta devem portanto constituir objectivos prioritários da política social. A luta contra a pobreza e o processo de crescimento são todavia indissociáveis.

O sucesso desta luta depende da capacidade de conceber uma intervenção diversificada, de acordo com a complexidade e os contornos concretos da pobreza no país, que integre políticas económicas e sociais susceptíveis de sustentar o crescimento, a criação e o aumento do emprego, políticas activas de redução da pobreza e acções com carácter de promoção social, num quadro claramente descentralizado que facilite intervenções bem focalizadas a nível das bolsas de pobreza, das comunidades de base e dos grupos alvo e promova a participação.

- **A Promoção do Desenvolvimento Económico e Social do Meio Rural**

A redução da pobreza, a promoção da equidade social e o desenvolvimento social e económico no campo devem constituir as pedras angulares de uma política de desencravamento e dinamização das regiões e da redução do êxodo rural.

Neste quadro, a agricultura constitui um sector importante da actividade económica e social em Cabo Verde, desempenhando os seguintes papéis fundamentais: (i) reforço da segurança alimentar; (ii) introdução de novas tecnologias no campo; (iii) fornecimento do mercado interno, tendo em conta o desenvolvimento do turismo (iv) promoção de uma abordagem integrada do

desenvolvimento das comunidades rurais. O desenvolvimento do agro-silvo-pastoralismo deve ser uma aposta do sector.

b) A Boa Governação

A ética e a boa governação na condução dos destinos do país constituem uma questão estratégica primordial do país. A boa governação – que pressupõe a intervenção conjunta e coordenada do Governo, das autarquias locais, do privado e da sociedade civil organizada - significa igualmente a capacidade de definir claramente as orientações que guiam a acção governativa e modelam necessariamente o desenvolvimento económico e social do país, de traçar e propor um rumo claro para o futuro, mas também significa a arte de definir prioridades claras e consistentes com as orientações e as principais aspirações das populações, colocando a Administração Pública a tempo inteiro dentro dos parâmetros da legalidade e do interesse comum.

O desenvolvimento de Cabo Verde deve concretizar-se no quadro de uma sociedade aberta, plenamente inserida no mundo, dinâmica, informada, actuante e respeitadora dos direitos humanos.

c) As Aspirações Nacionais de Desenvolvimento

Na definição das prioridades do desenvolvimento, situa-se em lugar de destaque a resolução de problemas críticos do nosso desenvolvimento que têm a ver, naturalmente, com os anseios legítimos das populações de ver melhorada a sua qualidade de vida num horizonte de curto e médio prazo.

As aspirações das populações devem constituir, num Estado democrático, uma agenda de desenvolvimento que precisa ser actualizada periodicamente. No quadro do estudo nacional das perspectivas a longo prazo, foi identificado, numa base participativa, um conjunto de 15 aspirações nacionais, entre as quais o emprego aparece como sendo a principal aspiração.

3 ANÁLISE RETROSPECTIVA DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

Apesar dos avanços significativos realizados durante os últimos 20 anos no plano social e económico - de um PIB per capita de menos de 300\$US em 1975, o país atingiu hoje um PIB per capita superior a 1200\$US -, Cabo Verde continua confrontado com o problema macro-económico fundamental, que consiste no desequilíbrio estrutural entre, por um lado, a produção nacional, e, por outro, a despesa interna, ou absorção (consumo privado, formação de capital e despesas governamentais). Ou seja, o nível de produção muito aquém da procura interna é a causa primária

do défice permanente da balança das transacções correntes (BTC) e de outros desequilíbrios que têm caracterizado a macroeconomia cabo-verdiana.

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, nas últimas décadas, por avanços e recuos resultantes da vulnerabilidade económica do país, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e de uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos. A sua população, normalmente considerada como sendo o principal recurso, apresenta ainda um baixo nível de qualificação técnica e profissional. Não obstante tais condicionalismos, Cabo Verde tem conhecido, em alguns domínios, avanços significativos designadamente nos sectores da educação, saúde, infraestruturização, democratização e participação política dos cidadãos.

No entanto, tais conquistas carecem de uma sustentabilidade e, neste domínio, grandes desafios se colocam ao Estado e à sociedade cabo-verdiana, na busca de soluções viáveis, eficientes e factíveis.

3.1 ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR ECONÓMICO

Os avanços registados nos últimos 10 anos na economia cabo-verdiana, em decorrência das reformas introduzidas, traduziram-se, entre outros, em: (i) o sector privado conheceu uma outra dinâmica de desenvolvimento, embora maioritariamente no ramo do comércio e serviços virados para o mercado interno; (ii) aumento do fluxo do investimento externo (directo e em carteira); (iii) aumento e alteração da estrutura das exportações de bens (peso significativo da exportação de produtos da indústria ligeira e diminuição dos produtos tradicionais); (iv) estabilidade do mercado de consumo e dos preços e (v) retoma do crescimento económico a partir de 1993 a uma taxa média anual de cerca de 6,8% no período 1993-2000.

A estrutura do PIB actual não se distingue contudo significativamente daquela que se conheceu durante toda a década de 80, prevalecendo o sector de serviços, orientados essencialmente para o mercado interno, construção civil e um sector primário débil fortemente condicionado pela fraqueza dos recursos naturais (terra arável, água, recursos florestais, haliêuticos e minerais). Não obstante esta situação, registou-se, nos últimos 6 anos, elevadas taxas de crescimento real do PIB; progressos visíveis em matéria de exportações, sobretudo de serviços e de produtos de indústria ligeira, tais como, confecções e calçado, e melhoria das condições de vida da população. Essa evolução é a consequência das reformas estruturais conducentes ao desenvolvimento do sector privado, ao investimento externo e exportações.

Contudo, os progressos são de longe insuficientes para se falar numa mudança estrutural relevante da economia cabo-verdiana desde 1980. Ela continua fortemente dependente dos fluxos de recursos externos, sob várias formas. A pobreza atinge uma parte importante da população e

constrangimentos diversos continuam a afectar o desenvolvimento dos sectores da educação, formação e emprego, saúde, etc. É justamente por causa do problema de estrutura que o relativamente elevado PIB per capita não pode ter, em Cabo Verde, a mesma relevância que esse indicador tem nos países com um nível de desempenho semelhante e incluídos no mesmo grupo em termos de desenvolvimento, sobretudo se se considerar a forte monetarização da economia cabo-verdiana.

A natureza insular do país obriga a um esforço superior na oferta de infra-estruturas e explica a situação de menor rentabilidade sócio-económica na respectiva exploração. Continuam a subsistir dificuldades enormes nos domínios dos transportes, da energia, da água e do saneamento que bloqueiam ou retardam o processo de desenvolvimento, não permitindo dar passos necessários ao surgimento de uma economia competitiva, mesmo que os chamados “nichos” de competitividade sejam bem identificados e definidos.

As vantagens comparativas de Cabo Verde no sector do turismo são evidentes. As medidas de política traduzidas na abertura da economia ao investimento externo permitiram que o sector ganhasse uma nova dinâmica, sobretudo nos últimos cinco anos. Os dados estatísticos indicam aumentos significativos de fluxos de turistas para Cabo Verde. Contudo, o peso do turismo no PIB continua pouco expressivo, cerca de 6,6% em 2000, persistindo os factores negativos que precisam ser eliminados ou minimizados para que o sector progrida mais rapidamente e passe a desempenhar o papel que dele se espera no desenvolvimento do país.

Nos últimos 10 anos são notórios os esforços de investimentos na construção de infra-estruturas portuárias e de apoio à pesca, o aumento da frota pesqueira e da taxa de motorização e a introdução de novas artes de pesca. Além disso, é significativo o número de empresas privadas nacionais, ou de nacionais associados a estrangeiros, que se constituíram e cuja actividade se relaciona com a captura, a transformação e a comercialização. Não obstante esses esforços, as potencialidades reconhecidas, embora limitadas, e o acesso preferencial aos mercados externos, a produção tem-se mantido, de 1995 a 1999, à volta de 10 mil toneladas (pesca artesanal e industrial em conjunto), o que representa apenas cerca de 30 a 40% das disponibilidades totais da ZEE, sendo a contribuição do sector para o PIB a oscilar entre 1 e 2% desde 1985. No que concerne à exportação dos produtos da pesca constata-se uma acentuada diminuição nos últimos cinco anos. A diminuição das exportações acentuou-se em 2000 devido ao embargo da União Europeia aos produtos de Cabo Verde.

Os desafios que se colocam têm a ver com a necessidade de remover, tão rapidamente quanto possível, os obstáculos ainda existentes para que o sector das pescas possa cumprir o papel que lhe está reservado no processo de desenvolvimento do país.

É indiscutível o papel económico e social do sector da agricultura, silvicultura e pecuária, particularmente nas zonas rurais. Embora o seu peso no PIB tenha oscilado entre 12 e 9% durante a década de 90 e seja perceptível a tendência para a diminuição da actividade nesse sector, sobretudo por parte das camadas jovens da população, é geralmente reconhecida a sua importância para o emprego e subsistência de um grande número de famílias, apesar das condições bastante precárias em que a agricultura é praticada em Cabo Verde. Além disso, a produção agrícola tem desempenhado um papel especial na estabilização dos preços em geral e dos bens alimentares em particular.

São reconhecidos os avanços no âmbito do programa de desenvolvimento da horticultura e fruticultura, mediante a utilização das técnicas de rega gota a gota, que permitem a economia da água e aumento substancial do rendimento por hectare cultivado. A pecuária é igualmente importante pelo facto de nela se encontrar envolvido um número considerável de famílias e porque, também, garante quase toda a oferta no mercado de carnes.

Para além das limitações naturais (somente 10% da superfície total do país é arável e a água é escassa), as práticas arcaicas de exploração da terra têm condicionado grandemente a produtividade e a produção, não permitindo que este sector assuma um papel compatível com as potencialidades existentes. Assim, persistem as principais fraquezas da agricultura cabo-verdiana, sendo a sua eliminação um dos importantes desafios que se colocam nos próximos anos.

A contribuição da indústria transformadora continua bastante modesta no panorama económico cabo-verdiano em termos de peso no PIB (menos de 7%) e de exportação. Ela é constituída essencialmente por produtos orientados, quase todos, para o reduzido mercado interno. Porém, a actividade industrial conheceu algum desenvolvimento nos últimos 5 anos com a implantação de investimentos privados, particularmente no domínio de indústrias francas e de produção voltada para a exportação. O sector debate-se com o problema de competitividade devido sobretudo aos custos de factores relativamente elevados.

Os desequilíbrios macro-económicos, apesar de origem primariamente estrutural, conheceram períodos de agravamento, tendo atingido níveis insuportáveis nos últimos dois anos, especialmente no ano 2000, pondo em causa a sustentabilidade dos progressos sociais e económicos realizados e a credibilidade externa da economia cabo-verdiana, com todas as consequências daí advenientes. O défice fiscal global, incluindo donativos, de 4% do PIB em 1998, passou para 11% em 1999 e 19% em 2000, reflectindo os custos de reestruturação em consequência da privatização dos bancos comerciais, os subsídios dos preços de combustíveis, a orçamentação das bolsas de estudos e o aumento dos preços de combustíveis no mercado internacional. Em 1999, o défice foi fundamentalmente financiado pela ajuda externa, acumulação de atrasados de pagamentos, interno

e externo, e receitas de privatização. Já no ano 2000, a redução da ajuda externa e das receitas de privatização levou ao aumento da acumulação dos atrasados da dívida e ao recurso ao sistema bancário como forma de financiamento do défice público. O recurso ao crédito interno (8% do PIB) aumentou grandemente o stock da dívida interna, incluindo os TCMF, contrariando o esforço de redução da dívida interna empreendido, com apoio dos parceiros internacionais a partir de 1998.

Em consequência do défice orçamental crescente e da sua monetização, via recurso do Estado ao sector bancário, a massa monetária (M2) cresceu a uma taxa superior ao PIB nominal, ou seja, 14,8% em 1999 e 13,5% em 2000, contra 14% e 7% respectivamente, de crescimento do PIB nominal. Assim, as contas monetárias foram caracterizadas por uma forte expansão de liquidez na economia em 2000, com impacto directo na deterioração das reservas externas, dado o regime cambial de peg fixo. Se a taxa de inflação foi negativa nesse ano, isso terá sido em resultado de: (i) boa campanha agrícola dos anos 1998/1999 e 1999/2000, com forte incidência na estabilização dos bens alimentares; (ii) subsídio dos preços de combustíveis e (iii) regime cambial de peg fixo.

Independentemente da sua natureza estrutural, os factores subjacentes ao agravamento dos desequilíbrios macro-económicos podem ser agrupados em: (i) política orçamental expansionista; (ii) administração fiscal ineficaz; (iii) política monetária condicionada pela falta de independência ou de autonomia do Banco Central; (iv) ausência de articulação entre as políticas monetária e orçamental; (v) ausência de rigor, transparência e disciplina na gestão orçamental e fiscal; (vi) inexistência de um sistema adequado de gestão das políticas de regulação conjuntural; (vii) previsão orçamental desarticulada da previsão económica de curto e médio prazo.

No que concerne ao desenvolvimento económico, os grandes desafios que se colocam ao país nos próximos anos têm a ver, entre outras coisas, com: (i) manutenção dos equilíbrios macro-económicos fundamentais; (ii) aprofundamento e consolidação das reformas estruturais; (iii) alargamento da base produtiva e criação de vantagens competitivas da economia, tanto na vertente externa como interna; (iv) crescimento económico e redução da taxa de desemprego.

3.2 ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR SOCIAL

A população tem sido considerada como sendo a principal riqueza do país. Neste sentido um conjunto de medidas de políticas têm sido desenvolvidas, embora nem sempre holisticamente concebidas. Contudo, resultados palpáveis podem ser, neste domínio, apontados .

A extrema juventude da população de Cabo Verde (62% com menos de 25 anos em 2000) denota a sua importância no quadro do desenvolvimento do país, bem como aumenta as responsabilidades dos poderes instituídos.

Cabo Verde conseguiu progressos assinaláveis ao nível do desenvolvimento de uma base de recursos humanos, apostando fundamentalmente no desenvolvimento do sistema educativo e no da saúde, bem como na busca de garantir um sistema de segurança alimentar. A evolução anualmente positiva do índice de desenvolvimento humano atesta que progressos têm vindo a ser verificados nestes sectores desde a independência.

O desenvolvimento do sistema educativo tem mostrado uma progressiva melhoria em termos de acesso com um alargamento acentuado do ensino pré-escolar, a universalização do ensino básico e uma progressiva expansão do ensino secundário. O ensino superior, embora seja predominantemente frequentado no exterior, começa a ganhar internamente algum impulso.

Ao nível do subsistema pré-escolar, cerca de 65% de crianças inscritas no 1º ano do ensino básico terão frequentado programas de enquadramento da pequena infância. Apesar de sensíveis melhorias verificadas nos últimos anos no que diz respeito à taxa de cobertura do pré-escolar, à repartição espacial das infra-estruturas e recursos educativos, continua sendo desigual a sua distribuição seja entre municípios seja no interior destes, não obstante o papel que, nesta matéria, privados e ONG têm desempenhado. Por outro lado, o baixo nível de qualificação dos docentes acaba por criar situações de iniquidade em termos de oportunidades escolares.

Ao nível do subsistema escolar, o ensino básico apresenta, neste momento, uma taxa líquida de escolarização que atinge os 98,5%. O ensino básico obrigatório não apenas foi universalizado como também passou de quatro para seis anos.

A nível das infra-estruturas escolares, o ensino básico comporta ainda algumas deficiências com particular realce para algumas ilhas e para o meio rural. Progressivamente tem aumentado a percentagem de professores qualificados embora se constatem índices elevados de professores sem qualificação em alguns concelhos. De facto, subsistem acentuadas assimetrias na qualidade da oferta da escolaridade obrigatória, com particular incidência nas zonas rurais e peri-urbanas.

No ensino secundário, a taxa bruta de escolarização é de 58,5%. Embora todos os concelhos do país disponham de estabelecimentos de ensino secundário público (à excepção do concelho de São Miguel), nem todos possuem instalações adequadas, havendo casos de ocupação de espaços do ensino básico.

O ensino técnico, concebido no quadro da reforma do sistema educativo como necessário às necessidades do desenvolvimento do país, conheceu um incremento com o alargamento da oferta. Neste momento, quatro são os estabelecimentos de ensino técnico que têm privilegiado áreas que poderiam permitir uma mais fácil integração dos jovens na vida activa. Contudo, a não articulação

com a formação profissional não tem permitido a realização da formação profissional complementar conforme prevê a legislação.

Ao nível do ensino extra-escolar, a taxa de analfabetismo conheceu um recuo significativo desde a independência, estimando-se em 25% para a faixa etária de 15 anos e mais segundo o censo de 2000. Trata-se de uma evolução extremamente positiva. Constata-se, contudo, uma significativa percentagem de mulheres ainda analfabetas. Nos últimos anos, paralelamente ao processo de alfabetização, tem-se privilegiado a formação profissional de base por forma a capacitar os alfabetizados para o emprego e o auto emprego. Os resultados alcançados mostram tratar-se de uma estratégia adequada.

A formação pós-secundária e universitária é feita preferencialmente no exterior. A maioria dos estudantes universitários são bolsiros do Estado, representando um encargo significativo para as finanças públicas. A implementação da universidade pública de Cabo Verde virá desempenhar um papel importante na consolidação do ensino superior em Cabo Verde.

Neste momento, o grande problema que se coloca a todo o sistema educativo é o da sua sustentabilidade, particularmente em termos de financiamento.

No domínio da acção social escolar, não obstante as limitações em termos de recursos financeiros, com o apoio de parceiros da cooperação, um número significativo de escolas estão sendo assistidas. Contudo, um parcela ainda considerável de crianças está, neste momento, sem cobertura em termos de alimentação. Ainda no âmbito da acção social escolar estão em curso acções no domínio de higiene e saúde escolar ao nível do EBI.

A formação profissional é de fundamental importância na qualificação e capacitação dos recursos humanos para o mercado do trabalho e emprego. Do ponto de vista institucional, não obstante as limitações existentes, alguns passos foram dados com o intuito da criação de um quadro regulador, coordenador e promotor da formação profissional. No entanto, as acções de formação têm ocorrido de forma pontual, sem um quadro institucional e legal bem definido em termos de estrutura do curso, de certificação e qualificação e, por vezes, em áreas não prioritárias para o desenvolvimento económico do país e das necessidades do mercado. De igual modo, a desejável articulação com o sistema educativo continua sendo débil.

No domínio da saúde, os principais indicadores evoluíram de forma positiva nos últimos anos. As taxas de mortalidade geral, infantil e perinatal conheceram melhorias assinaláveis. Contudo, ao nível do estado nutricional das crianças e da cobertura vacinal constata-se uma certa instabilidade. De igual modo, a taxa de mortalidade materna tem tido uma evolução irregular nos últimos cinco anos, exigindo novas estratégias de intervenção.

O HIV/Sida tem vindo a aumentar, constituindo assim uma preocupação no domínio da saúde pública não apenas pela sua letalidade como pelo impacto social e económico. Acções estratégicas no domínio da informação, educação e comunicação têm sido desenvolvidas em parceria com outras instituições públicas e ONG. Porém, uma acção mais sistemática deve ser concebida e implementada. Neste âmbito, está em curso a preparação de uma estratégia nacional global.

Embora os indicadores de saúde sejam globalmente positivos, não se pode negar o facto de eles não serem ainda perenes. Desta forma, os cuidados primários de saúde ainda são importantes sobretudo num contexto de pobreza e vulnerabilidade social acentuadas, em que o saneamento do meio constitui um problema sério de saúde e o acesso à água potável é difícil tanto em quantidade como em qualidade. As epidemias que assolaram o país no quinquénio passado mostram a fragilidade dos nossos indicadores de saúde.

O investimento em políticas sociais tem constituído uma preocupação constante de sucessivos governos não obstante as limitações em termos de recursos. Programas e projectos específicos direccionados, designadamente, à criança, juventude, mulheres, idosos e carenciados têm sido concebidos e implementados embora, por vezes, de forma desarticulada. A intervenção das organizações da sociedade civil tem sido relevante.

A permeabilidade dos adolescentes e jovens em relação a novos valores e padrões de comportamento tem vindo a provocar problemas de desintegração social evidentes traduzidos no aumento dos chamados males sociais como o consumo de droga, o alcoolismo, a prostituição e o crescimento do número de crianças de e na rua. A pobreza e instabilidade de muitas unidades familiares não contribuem para a consolidação de valores socialmente importantes.

Os mecanismos actuais de protecção e segurança social não beneficiam todas as categorias sociais deixando uma parcela significativa da população sem qualquer cobertura social. Se é verdade que os mecanismos societários tradicionais de solidariedade social funcionam como esquemas de protecção social, o facto é que as transformações sociais por que passa a sociedade cabo-verdiana exigem uma maior participação das instituições públicas. O sistema de protecção social mínimo introduzido revelou-se importante carecendo, no entanto, de alargamento.

A segurança alimentar, entendida como um conjunto de políticas públicas destinado a garantir o direito à alimentação e nutrição, diz respeito à satisfação das necessidades em bens alimentares saudáveis e nutritivos, em qualidade e quantidade suficientes, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas.

Em Cabo Verde, a questão fundamental que se coloca é a da insegurança alimentar que gira quase exclusivamente à volta da questão do acesso para as populações mais pobres. Desta forma, a insegurança alimentar e a pobreza estão intimamente associadas. A fragilidade da base produtiva interna faz com que o consumo interno de bens alimentares essenciais seja fundamentalmente garantido pela importação. Por outro lado, o frágil nível de rendimento das famílias condiciona significativamente as possibilidades de acesso aos bens alimentares de base. A ajuda alimentar tem contribuído grandemente para garantir o aprovisionamento alimentar do país a um nível mínimo de segurança. De igual modo, tem permitido o desenvolvimento de programas de assistência e promoção social destinado aos grupos vulneráveis e através dos programas de trabalhos públicos tem-se garantido um rendimento mínimo às famílias.

A fragilidade dos ecossistemas de Cabo Verde e seu reduzido potencial em recursos, a forte pressão exercida sobre as terras, a prática agrícola em solos inadaptados, a erosão, de entre outros têm conduzido a desequilíbrios ambientais não negligenciáveis. Nas zonas urbanas, a ocupação desordenada dos solos, um sistema de saneamento deficiente, inexistência de um sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos, hospitalares e industriais, têm vindo a agravar a situação.

Um conjunto de acções tem sido levado a cabo nos domínios da reflorestação, conservação de solos e água, da educação ambiental, da protecção da biodiversidade, da luta contra a desertificação e da busca de resolução de problemas que a urbanização e a industrialização colocam.

As necessidades básicas das populações estão ainda longe de serem satisfeitas tendo um impacto negativo na qualidade de vida, permanecendo grandes disparidades e assimetrias no acesso aos serviços de base entre as ilhas, entre municípios, entre zonas urbanas, peri-urbanas e rurais. No domínio do abastecimento de água e acesso ao saneamento básico, a evolução das infra-estruturas está longe de corresponder às necessidades das populações e da economia.

No domínio do desenvolvimento social, a educação, a saúde, a segurança alimentar e a qualidade de vida constituem, a um só tempo, direitos fundamentais dos cidadãos e uma aspiração. De igual modo, a protecção e a segurança sociais constituem instrumentos importantes de reforço da coesão e solidariedade sociais, particularmente para as camadas mais vulneráveis da população. Estes são grandes desafios que se colocam nos próximos tempos.

4 OS DESAFIOS EMERGENTES DE CABO VERDE

A partir dos meados do século XX, entrámos numa nova era de transformações sociais cujos resultados e impactos serão plenamente visíveis no presente século. A característica principal desta era é “uma nova ordem económica onde o conhecimento - mais que o trabalho físico, as matérias

primas ou o capital - é o recurso chave; uma ordem social onde a desigualdade baseada no conhecimento é o maior desafio; e uma era política onde os governos não podem ser vistos como a entidade que resolve todos os problemas económicos e sociais”. No mundo de hoje, o desafio da sociedade de informação, o advento da sociedade do conhecimento e o paradigma da competitividade sistémica apelam para uma adaptação criativa de todos os Estados.

O que chamamos a revolução da informação é actualmente a revolução do conhecimento. A economia do conhecimento levanta novas questões, dá novas respostas e desenvolve novas regras para o sucesso. A aquisição e a aplicação do conhecimento tornam-se o factor competitivo chave e o facto do conhecimento se ter tornado um recurso chave implica que o «standing» de um país na economia mundial determina expressivamente a sua prosperidade doméstica.

Os atributos da competitividade nacional residem nas determinantes que contextualizam o ambiente nacional em que as empresas nascem e aprendem a competir, ou seja : (i) a posição nacional em relação aos factores de produção, como mão-de-obra qualificada ou infra-estrutura necessária para uma determinada actividade; (ii) a natureza da demanda do mercado nacional para os produtos e serviços oferecidos; (iii) a presença ou ausência no país de indústrias fornecedoras, outras indústrias e actividades conexas ou agregadas que sejam internacionalmente competitivas; (iv) as condições no país sobre os processos de criação, organização e gestão de empresas bem como a natureza e o grau de competição interna.

A integração da economia cabo-verdiana na corrente das trocas internacionais de bens e serviços terá de processar-se no quadro de uma economia globalizada. A globalização é genericamente pressentida como uma oportunidade a explorar e um desafio incontornável para uma pequena economia aberta e dependente do exterior. O fenómeno da globalização produz também uma forma específica de regionalização económica, constituindo espaços que procuram realizar estratégias de desenvolvimento que lhes permitam o acesso a especializações com interesse para os mercados globais. A formação desses espaços regionais como resposta às exigências competitivas da globalização das relações económicas é porventura a única oportunidade estratégica para o atraso económico das sociedades africanas e, para Cabo Verde, uma oportunidade central da sua visão do futuro.

Nestes novos cenários, os países em vias de desenvolvimento não podem mais basear o seu desenvolvimento na vantagem comparativa de uma força de trabalho industrial barata, oferecendo salários baixos. A produtividade do trabalho qualificado que incorpora conhecimento será o desafio da sociedade do conhecimento. Dele dependerá a posição competitiva de cada país, cada indústria, cada instituição dentro da sociedade.

Por isso, a reflexão sobre a formação dos recursos humanos deve ser feita tendo em conta o perfil económico-social que o país propõe-se construir para o futuro, já que a qualidade da educação científica e tecnológica converte-se cada vez mais em condição para o desenvolvimento e uma nova vantagem comparativa entre países e regiões. Só assim o sistema de educação/formação poderá realizar as mudanças indispensáveis para uma resposta ágil às necessidades profundas e em mutação do aparelho produtivo.

O desenvolvimento da vertente tecnológica nacional, nomeadamente nos domínios das novas tecnologias de comunicação e informação (NTCI), é uma condição indispensável para se conseguir o desenvolvimento económico sustentado. Torna-se urgente uma política activa e agressiva de formação nos domínios das NTCI, incluindo medidas para baixar o custo de acesso, o que é uma condição *sine qua non* para a sua efectiva transformação em factor de desenvolvimento. A generalização da informática em todo o tecido económico e social deve ser uma aposta forte.

No mundo globalizado, Cabo Verde deve preparar-se para responder aos desafios emergentes. O desenvolvimento estratégico de Cabo Verde passa por encontrar um ponto de ancoragem que lhe permita basear as políticas concretas para a prossecução do seu desígnio nacional. É vital para Cabo Verde conseguir configurar uma plataforma estratégica na confluência dos interesses de dominação em jogo na sua zona de irradiação e estabelecer parcerias estratégicas ou criar uma utilidade específica através de alianças para facilitar o seu desenvolvimento.

Neste contexto, a actualização da reflexão sobre a dimensão internacional do desenvolvimento de Cabo Verde deve pôr em perspectiva iniciativas como as dos Estados Unidos da América no domínio do comércio (África Growth and Opportunity Act – AGOA-), a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, os novos acordos de Cotonou e a criação de uma zona de livre troca com a União Europeia bem como a problemática da integração regional no seio da CEDEAO, do ponto de vista do impacto sobre a estratégia de desenvolvimento.

Mesmo sendo irreversível, a globalização não é contudo um fim último a atingir. Deve ser, antes de mais, um meio que permita a Cabo Verde assegurar a sustentabilidade de um desenvolvimento humano em que a integração social – trave mestra de toda a sociedade que aspira a mais justiça social, bem estar material e plena realização da cidadania – implica a igualdade das oportunidades e direitos para todos. Integração social essa que deve traduzir-se na solidariedade, interdependência, respeito pela diversidade, promoção do espírito de tolerância, mas também na coragem de substituir os sistemas em disfunção por outros de maior equidade.

Que país e que sociedade queremos construir? O país precisa de uma ambição, uma visão do seu futuro.

A especificidade do país é entendida como um conjunto de dados físicos, humanos, sociais, políticos, culturais, entre outros, cujas relações e cuja dinâmica determinam o carácter único do país assim como a sua evolução interna, tanto mais que elas condicionam a sua inserção no contexto imediato e longínquo.

As restrições ao desenvolvimento, decorrentes de um conjunto de constrangimentos estruturais evidentes (falta de recursos naturais, reduzida dimensão territorial, insularidade, descontinuidade territorial, secas prolongadas, escassez de recursos hídricos, reduzido potencial de terra cultivável, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, forte ritmo de crescimento demográfico), são bem evidentes em Cabo Verde.

A visão ou imagem do futuro desejável assenta nas aspirações colectivas da sociedade e nas reais possibilidades e constrangimentos do país. A visão é a expressão sintética e qualitativa de um conjunto de objectivos a atingir a longo prazo. Ela é uma projecção do estado da nação, uma tradução do futuro desejado pelas diferentes componentes da sociedade e uma concretização antecipada das aspirações.

O conjunto de objectivos/finalidades e/ou futuro desejado pelos cabo-verdianos no horizonte de 20 anos é resumido como se segue:

<p><i>Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura.</i></p> <p><i>Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante.</i></p> <p><i>Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.</i></p>

6.1 A ESTRATÉGIA GLOBAL

A estratégia nacional de desenvolvimento baseia-se em três elementos permanentes estruturadores do desenvolvimento pretendido pela sociedade: (i) a inserção na economia

internacional; (ii) o sector privado como motor do desenvolvimento; (iii) o desenvolvimento e afirmação da cultura nacional.

Para a realização do futuro idealizado, uma maior e melhor integração de Cabo Verde na economia internacional surge como uma das vias estratégicas a serem seguidas, alicerçada no desenvolvimento dos serviços internacionais. Ela pressupõe uma estratégia de exportação na qual tem-se em atenção o desenvolvimento do investimento estrangeiro, o alargamento do espaço económico, o desenvolvimento dos sectores produtivos, nomeadamente o turismo.

Nesta óptica, a importância das exportações industriais e das exportações de serviços é decisiva. Pode-se dizer que o futuro da economia cabo-verdiana reside no sector de serviços, sendo o desenvolvimento dos serviços internacionais a vertente a privilegiar, e destacando-se o turismo como a área de maior potencial e que, acredita-se, poderá dar uma melhor contribuição ao desenvolvimento do país. A curto e médio prazos, a indústria ligeira exportadora e a pesca poderão contribuir de forma significativa para o crescimento acelerado da economia.

O sector privado, pelo seu potencial de criatividade, inovação e adaptação, é a verdadeira locomotiva do desenvolvimento. A economia de mercado assume um peso cada vez maior no sistema económico. A modernização da economia e o funcionamento do tecido económico não se realizam sem as empresas. O desenvolvimento do mercado e o do sector privado, nomeadamente do empresariado nacional, surgem como linhas de força a explorar. O desenvolvimento económico preconizado aposta no fortalecimento do sector privado, o qual passa pelo desenvolvimento da mentalidade e capacidade empresariais, desenvolvimento empresarial no mercado interno e para a exportação, através de medidas de apoio e incentivo apropriadas e, mais geralmente, pela melhoria da capacidade competitiva do tecido empresarial cabo-verdiano, em concertação com as associações da classe. O aumento da competitividade das empresas cabo-verdianas revela-se como um grande objectivo permanente da política económica.

Neste contexto, há que estabelecer uma efectiva aliança e associação duradouras entre as administrações – central e local -, sector privado e instituições internacionais, para aceder a mercados, tecnologias e investimentos atractivos ao sector privado e que encorajam a livre competição, que é um pressuposto do desenvolvimento dos mercados.

É partilhada a consciência de que o desenvolvimento, para ser autêntico e sustentável, tem de basear-se na cultura nacional, assim como, para haver desenvolvimento harmonioso e integral, impõe-se definir e executar uma política cultural coerente.

O desenvolvimento da cultura é superiormente importante para a comunidade nacional e para o desenvolvimento global do país. A promoção de uma política cultural na perspectiva, a um tempo, do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade deve permitir definir

programas que contribuam firmemente para a afirmação da Nação e do Estado cabo-verdianos, nos mais diversos quadrantes.

6.2 AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2002-2005)

As principais opções estratégicas para o Plano Nacional de Desenvolvimento decorrem da visão nacional do desenvolvimento apresentada, dos princípios enfatizados, da estratégia global esquematizada e do objectivo prioritário de criação de emprego.

As prioridades de desenvolvimento para a presente legislatura constam do Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional. As Grandes Opções visam fornecer o quadro de referência para a execução desse Programa e definir a estrutura de base do Plano Nacional de Desenvolvimento, constituindo a agenda estratégica para a actuação convergente das várias áreas da governação.

As *GRANDES OPÇÕES DO PLANO* fornecem portanto o quadro de orientação para a elaboração do *PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO* de médio prazo, entendido como uma etapa na materialização da estratégia nacional de desenvolvimento, abrangendo o conjunto de políticas e programas públicos que se reforçam mutuamente, e visando permitir a verdadeira descolagem da economia nacional e um patamar superior de qualidade de vida dos cidadãos nacionais.

- **1.ª Opção:** *Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando a Democracia e reforçando a cidadania.*

No mundo interdependente e altamente competitivo em que vivemos, um país pequeno e frágil que nem o nosso tem de ser capaz de gerar, gerir e capitalizar energias internas que sustentem a sua credibilidade e o seu desempenho como Estado.

Neste plano, o papel do Governo é de particular importância, enquanto o órgão de soberania responsável pelas políticas públicas nacionais. Como tal, ele deve ser capaz de governar e governar bem, na perspectiva da realização de um desenvolvimento durável que beneficie todos os cabo-verdianos e da promoção de cada vez mais e melhor comunidade nacional.

Referido esse papel incontornável do Governo, importa no entanto sublinhar que a boa governação não constitui encargo exclusivo dele, senão que se perfila como um princípio fundamental que deve orientar a actuação do Estado como um todo, reflectindo-se, por conseguinte, em todas as suas prestações seja ao nível central, seja ao nível local.

Para Cabo Verde, a boa governação não pode, não deve ser um mero propósito. Bem pelo contrário, é o próprio Estado de Direito Democrático, pela exigente dinâmica do seu património de princípios e regras, que impõe que a governação democrática seja, em toda a sua inteireza, boa governação. Muito claramente: a boa governação é, para Cabo Verde, um recurso estratégico. Impõe-se tirar dele o maior benefício na perspectiva de um país desenvolvido, moderno, de solidariedade social e de plena realização da dignidade pessoal.

Desta linha de entendimento resultam balizas de actuação bem precisas.

Desde logo, o Governo é correctamente entendido como um órgão vinculado à Constituição e à Lei, assim estabelecendo-se uma relação de subordinação que deve estar presente em todos os momentos da acção governativa, desde do da projecção e adopção das políticas a seguir até ao da sua concreta execução nos planos interno e externo, passando pela actuação quotidiana das suas instâncias e dos seus agentes, pelo relacionamento com os demais órgãos de soberania e pelo respeito e promoção da dignidade humana que radica em cada um dos cidadãos.

De tal primazia da Lei Fundamental decorre naturalmente que o Governo obedece às regras da lealdade constitucional, assim situando-se na intensidade de uma deontologia política que, devedora de um profundo sentido de Estado, sustenta a necessária cooperação institucional e o indeclinável respeito recíproco no relacionamento com os outros órgãos de soberania, cooperação e respeito sem os quais ficam comprometidos o regular funcionamento do sistema de governo e a realização oportuna e eficaz dos encargos constitucionais de cada um daqueles.

Mais ainda, e isto é sobremaneira importante, o Governo é uma pessoa de bem, já porque a governação democrática deve ser eticamente conformada.

Com efeito, importa afirmar que a Democracia encontra a sua força na capacidade, que lhe é co-natural, de, em cada momento, permitir a representação do povo. Este é o seu ponto de partida mas também de chegada. Ele é ao mesmo tempo alento, destinatário e aferidor. E já porque o povo não é uma realidade fixa, conformista e conformada, antes é uma realidade com sentido do tempo e “memória do futuro”, a Democracia resulta necessariamente como um processo. Um processo que é de superação e de ganho; de rejuvenescimento e aprofundamento constantes. E reside aqui uma fundamental implicação ética: deve existir uma permanente congruência entre, por um lado, as referências de conteúdo (os valores, os princípios, as regras) próprias da Democracia e, por outro, as políticas do Estado. Não basta proclamar o Estado como sendo democrático; seria contentar-se com a forma. É preciso que os conteúdos imperem sobre a forma e, nessa medida, actuem como limites, como parâmetro, como garantia em todo o transcurso do desempenho do Estado. Por isso mesmo o Estado de Direito Democrático é um Estado de responsabilização. Se tudo é feito em nome do povo, aqueles que sejam eleitos para o representar recebem por esse modo não uma

licença para o livre arbítrio ou para a impunidade senão que um mandato para agir no interesse dessa “comunidade de destino” que é o povo. Ou seja, um mandato para/na Democracia, tendo presente os fins essenciais desta: mais e melhor liberdade, mais e melhor igualdade, mais e melhor justiça, mais e melhor solidariedade.

Desdobramento lógico da responsabilização é o princípio da transparência, o qual, como linha mestra da actuação do Estado, propicia o ambiente necessário ao exercício continuado do controle e à regular prestação de contas num quadro de normalidade institucional. A própria afirmação do Estado de Direito impõe a implementação e/ou valorização de instâncias de controle do exercício da acção governativa.

É o próprio país, desde logo porque vulnerável, que exige uma forma necessariamente ética de governar. De resto, é nesta linha que se perspectiva:

- a) construir amplos consensos sobre as questões nacionais e garantir, em ambiente de tolerância, concórdia e respeito pelas diferenças, o eficaz aproveitamento de todas as capacidades existentes na nação cabo-verdiana;
- b) assegurar eficácia prática ao discurso relativo aos direitos dos cidadãos, tanto no plano da cidadania política, quanto no da realização económica, social e cultural;
- c) promover a dignificação dos sujeitos políticos e a sua afirmação como uma positividade social por aquilo que representam de pedagogia pelo exemplo de entrega à causa nacional, sem descurar a rigorosa definição de um quadro regulador que acautele não apenas os direitos e regalias quanto também as incompatibilidades, os impedimentos e um claro regime de responsabilização.
- d) afirmar uma governação sensível e aberta ao pluralismo social, por conseguinte empenhada em promover um quadro de entendimento e sinergia que, longe de práticas exclusivistas e de autismo político, assume a diversidade como uma mais-valia social e defende a tolerância e o respeito mútuo como valores cimeiros.
- e) desenvolver um quadro de inclusão e promoção de todas as capacidades existentes na sociedade como um contributo necessário, num contexto de intensificação da Democracia, para a afirmação de uma cidadania moderna e participante – porque em sintonia com os ganhos do progresso e da modernidade, porque informada por um sentido do justo e atenta às assimetrias da sociedade, porque dotada de meios para protagonizar uma relação idónea, desde logo desinibida e crítica, com o poder político.

Outrossim, urge instituir um serviço de informação ao cidadão, que o informe com verdade e objectividade sobre os assuntos da vida pública e o habilite a melhor exercer o seu direito político de participação na gestão da coisa pública e de controlo do exercício da acção governativa e administrativa.

Para Cabo Verde, vectores cimeiros da boa governação devem ser a garantia da estabilidade das grandes variáveis macro-económicas e a boa gestão das finanças públicas, justamente como condições indispensáveis ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país.

A estabilidade macro-económica é essencial para o rápido crescimento da economia e, por conseguinte, para a significativa melhoria do nível de bem-estar dos cabo-verdianos e para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Assegurar os equilíbrios macro-económicos, como garantia da credibilidade externa da economia, da estabilidade dos preços e dos rendimentos, e da confiança do sector privado em geral é necessário para manter a competitividade externa do país e realizar os outros grandes objectivos estratégicos.

A sustentabilidade das finanças públicas em particular é um requisito permanente do regime económico e requer a adopção de políticas fiscal e orçamental muito rigorosas, bem como a realização de reformas estruturais que viabilizem a eficácia da Administração fiscal e de todo o aparelho do Estado.

A implementação de uma política orçamental sadia e equilibrada deve ser um elemento central da política macro-económica. O objectivo da política orçamental como eixo fundamental da obtenção e consolidação da estabilidade macro-económica é, pois, a redução sustentada do défice global do sector público no quadro de um programa plurianual que permita conter as despesas e aumentar as receitas, com objectivos concomitantes como a revisão das despesas públicas e melhoria da sua eficiência, maior transparência na gestão das finanças do Estado, melhoria da administração fiscal. Constitui pois uma grande orientação a redução sustentada do défice global do sector público e do peso da dívida interna até ser confinada a limites sustentáveis pela capacidade de realização de receitas públicas em função das metas traçadas para o crescimento e para a provisão adequada dos serviços sociais pelo Estado.

Neste contexto, a coordenação das políticas monetária e orçamental é fundamental para a estabilização macro-económica e assegurar a autonomia do Banco Central é outro requisito essencial.

É neste quadro de estabilidade e rigor que será possível ao Estado agir a tempo em termos de combate às disparidades e assimetrias sociais, promovendo a justiça social e a lógica de inclusão e

da equitativa fruição por todos os cidadãos dos benefícios gerados na comunidade nacional. A redução das desigualdades constitui seguramente uma das maiores exigências da coesão social no país.

Só assim, ainda, será possível à governação democrática informar-se/conformar-se sempre por uma ideia de continuidade na projecção e execução das políticas públicas e por uma ética na afectação dos recursos públicos, a traduzir-se não apenas na correcta identificação das prioridades, quanto também num decidido engajamento com os investimentos sociais, atenta a sua importância para a densificação da cidadania plena.

No que se refere à reforma do Estado e da Administração Pública, os desafios maiores são a definição de uma estrutura racional, eficiente e eficaz que traga confiança aos cidadãos e possa mobilizar o apoio da sociedade na sua totalidade. O reforço da administração pública e da capacidade institucional do Estado visando criar um ambiente institucional favorável à iniciativa e ao investimento privado e a realização pelo Estado da sua função reguladora e de prestação eficiente dos serviços públicos constitui uma exigência central. A reforma do Estado e da Administração Pública, na perspectiva do aumento da eficiência e da eficácia, incluindo a capacitação no domínio da gestão económica e da gestão social apresenta-se, pois, como imperativo da boa governação.

São grandes orientações o reforço do municipalismo e da capacidade de gestão económica e de regulação do Estado, a racionalização das estruturas e a formação dos recursos humanos, o controlo do crescimento dos efectivos visando introduzir uma maior racionalidade e eficácia e contribuir para a redução das despesas de funcionamento do Estado. É preciso dar impulso à informatização interna, como meio de aumentar a eficiência, desenvolvendo aplicações, especialmente na área da Administração Pública, central e local. A construção de um sistema nacional de informação para o desenvolvimento faz igualmente parte desta agenda.

Para reforçar o equilíbrio e a equidade regionais, a descentralização e a consolidação do poder local democrático, a promoção de uma efectiva modernização da administração autárquica cabo-verdiana, o desenvolvimento da dimensão e abordagem regional do desenvolvimento são factores essenciais. Facilitam, de igual modo, a produção de “*localizações*” nas ilhas e regiões ditas periféricas e criam “*externalidades*” de acordo com a “*vocação económica*” de cada ilha.

Atenção particular é reservada à reforma do sector da Justiça, visando não apenas a garantia da sua independência e a dignificação das magistraturas, quanto igualmente resgatar a sua credibilidade no seio da sociedade, favorecendo a sua modernização e celeridade e propiciando a sua adequação às exigências do desenvolvimento e a sua afirmação como um dos esteios da sociedade

democrática. Como directas emanações deste posicionamento, urge reforçar o quadro institucional de garantia dos direitos dos cidadãos e assegurar o acesso à justiça.

Constitui um outro desafio a redefinição do papel das Forças Armadas no quadro mais global da definição de um conceito estratégico de defesa e segurança nacionais, tendo sempre presente o novo contexto internacional. Tal redefinição, situando-se no quadro da promoção do desenvolvimento nacional, tem em conta variáveis como a fiscalização da zona económica exclusiva e o engajamento do país com a agenda internacional definida no quadro das Nações Unidas, designadamente no que tange ao combate ao terrorismo e à criminalidade transnacional organizada.

Do desenvolvimento da sociedade civil decorre naturalmente um contributo de monta para a densificação da vivência democrática, reforçando os espaços de expressão da cidadania, fora das esferas especificamente políticas ou partidárias, bem como propiciando o livre desabrochar do pluralismo e o fortalecimento de todas as esferas de acção e expressão democráticas, sem esquecer a importância de uma opinião pública atenta, actuante e servida por uma comunicação social tributária dos valores da independência, da isenção e do rigor dos seus profissionais. Aliás, só numa sociedade civil assim desenvolvida o cidadão, cada cidadão, estará em condições de impor-se pelo seu estatuto activo de sujeito participante, solidário e cioso da sua capacidade de crítica e de controle.

- **2ª Opção: Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva**

Cabo Verde é uma economia de fracos recursos. O alargamento da base produtiva é uma questão crucial para os cabo-verdianos, na medida em que só será possível melhorar o seu nível de vida com o alargamento da base económica e a produção de bens e serviços globalmente competitivos. Esta necessidade é acentuada pelo facto de a Ajuda Pública ao Desenvolvimento a Cabo Verde estar a diminuir, tendência que, muito provavelmente, poderá manter-se.

Só com medidas de política económica de desenvolvimento que conduzam ao alargamento da base produtiva do país, aumentando significativamente a competitividade e as exportações de bens e serviços, se poderá atingir uma estabilidade macro-económica duradoura. A definição de políticas sectoriais abrangentes, consistentes e adequadas à estratégia de desenvolvimento proposta é necessária.

O desenvolvimento dos sectores produtivos requer o desenho de programas governamentais em apoio à sua promoção, e políticas micro e macro-económicas eficazes para estimular a produção nacional, baseada na inovação permanente como factor de conquista e garantia dos mercados. A integração dos mercados e a intensificação das trocas intra e inter sectoriais, nacionais, regionais e

internacionais, bem como a melhoria do acesso das micro e pequenas empresas aos mercados públicos constituem uma das condições de expansão da base produtiva interna.

A melhoria da competitividade, em que a infraestruturação constitui em Cabo Verde uma condicionante de relevo a ultrapassar, arrastará consigo o alargamento da base produtiva, quer esta esteja virada para o abastecimento do mercado interno, quer para a exportação.

A abertura ao exterior que necessariamente caracteriza o processo de desenvolvimento de Cabo Verde tem como corolário imediato, em termos de estratégia, a concepção de políticas viradas para o aumento da produtividade e competitividade dos sectores mais directamente confrontados com a concorrência nos mercados internacionais, nomeadamente o turismo, os transportes e telecomunicações, a indústria ligeira, a pesca. Esta orientação estratégica é absolutamente essencial ao sucesso da inserção do país na economia internacional globalizada.

Alguns dos grandes movimentos que vêm caracterizando a globalização, como sejam, a expansão do mercado mundial do turismo, a deslocalização de serviços e indústrias, a integração económica, as políticas de *céu e porto abertos*, correspondem a outras tantas novas perspectivas que se abrem para o alargamento da base produtiva e da competitividade da economia de Cabo Verde.

Nichos interessantes de competitividade podem ser explorados na agricultura, na pesca, na indústria, particularmente indústria ligeira e nos serviços (turismo selectivo e de qualidade, prestação de serviços diversos, incluindo teleserviços, música e cultura em geral, internacionalização de empresas cabo-verdianas em direcção à África, nos ramos de construção civil e de shipping). O turismo é um dos sectores cujo dinamismo encerra potencialidades seguras que importa continuar a desenvolver.

O mar constitui um grande espaço de actuação, que possui recursos vários, nomeadamente haliêuticos, que devem ser objecto de um desenvolvimento racional e planificado e na perspectiva da valorização e integração marítimas do país..

A política de atracção do investimento externo deverá ser prosseguida num quadro de equilíbrio macro-económico susceptível de garantir a credibilidade externa da economia bem como a competitividade dos bens e serviços comercializados. A convertibilidade do escudo cabo-verdiano e o controlo das despesas públicas revelam-se essenciais neste domínio. Devem, portanto, ser introduzidas melhorias na capacidade de promoção do investimento externo, das exportações e do turismo. O desenvolvimento do sistema financeiro é também essencial para estimular o desenvolvimento económico.

A política de investimentos públicos visará promover um desenvolvimento sustentado.

Um verdadeiro e eficaz sistema nacional de controlo da qualidade, em especial dos produtos deverá ser implementado no país, com especial ênfase para os produtos alimentares.

- **3.ª Opção: *Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/ formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento***

O desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos são apreendidos no sentido da ampliação e reforço das capacidades humanas e a sua melhor utilização em todos os domínios de actividade – económica, social, cultural e política – com vista à melhoria da qualidade de vida. A dimensão cultural do desenvolvimento dos recursos humanos não pode ser descurada, propiciando uma boa cultura geral aos cidadãos e adequando o sistema de ensino à realidade e às necessidades prementes do país, propiciando não apenas a transmissão de conhecimentos mas uma formação global e integrada.

Neste contexto, um dos principais desafios que actualmente se colocam é a definição de uma política de desenvolvimento de recursos humanos holisticamente concebida que atenda às necessidades de cada cidadão em particular e as da sociedade e do país e que tenha em conta as capacidades financeiras para a sua consecução.

O carácter estratégico do sector da educação para o desenvolvimento do país e para o reforço da cidadania e da integração sócio-cultural exige a modernização do sistema educativo. A procura de maior equilíbrio entre as expectativas sociais, as ambições técnicas e os objectivos, por um lado, e, por outro lado, os constrangimentos orçamentais constitui, seguramente, o desafio maior da sociedade cabo-verdiana no domínio da educação/formação para os próximos tempos. A revisão dos conteúdos e o reforço da articulação dentro do sistema de ensino/formação deve constituir a agenda para preparar o país para melhor fazer face aos desafios do futuro, apostando num ensino de qualidade e competitivo.

A estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos deve estar ancorada nas linhas de força do desenvolvimento do país e no quadro de uma partilha de responsabilidade e de estabelecimento de uma parceria estratégica entre o Estado, o sector privado e a sociedade civil, no sentido de, por um lado, reforçar o princípio de que a educação e a formação devem ser responsabilidade de todos e, por outro, diminuir os custos do Estado. Assim, a definição da política de desenvolvimento de recursos humanos, necessariamente transversal, exige a definição das áreas-chave de desenvolvimento económico do país e a montagem de um sistema de financiamento que a suporte.

Equacionar o problema dos recursos humanos cabo-verdianos no país de modo a definir uma política que, a médio e longo prazos, possa fazer desses recursos um factor estratégico e propiciador de uma vantagem competitiva de Cabo Verde no plano externo, implica

necessariamente dar ênfase a um modelo orientado e ajustado para o mercado nacional. Poder-se-á assim garantir maior capacidade de gerar emprego e, em consonância com as estratégias de desenvolvimento nacional, actualizar permanentemente os estudos prospectivos de modo a orientar a procura da formação superior como forma de harmonizar e garantir os equilíbrios entre as várias sensibilidades formativas com as necessidades económicas e sociais.

No sentido de corrigir as disparidades no acesso à escolaridade obrigatória, a desigual distribuição regional dos recursos educativos e de formação deverá ser revista por forma a garantir de facto a igualdade de oportunidades, dando particular atenção às regiões ditas periféricas e às comunidades pobres e desfavorecidas, o que implica uma política de construção de infra-estruturas escolares e uma nova política de gestão dos recursos humanos.

Dotar o país de quadros superiores altamente qualificados e que respondam às necessidades de desenvolvimento implica dispor de condições necessárias à criação da universidade pública em Cabo Verde cuja acção deverá envolver o ensino, a investigação e a extensão universitária. Impõe-se ainda definir claramente uma política de formação a alto nível dos docentes e investigadores para o ensino superior. O desafio do ensino superior e da universidade de Cabo Verde deve ser enquadrado no contexto económico do país, da emergência das novas tecnologias que oferecem possibilidades inéditas de formação, ultrapassando assim expectativas organizativas clássicas que certamente não serão viáveis nem financiáveis. A resolução do problema do financiamento das bolsas de estudo passa pela implementação dos mecanismos de reembolso dos empréstimos, pelo incentivo ao mecanismo de financiamento privado e pela real instalação de um sistema de co-financiamento para os estudantes oriundos de camadas sociais pobres e vulneráveis.

Deve-se edificar um sistema integrado de educação e formação que deverá apresentar pontos de intersecção desde o ensino básico que permitam trabalhar conteúdos que valorizem a formação técnica e profissional. As saídas profissionais actualmente previstas na legislação educativa devem ser realizadas, o que exige uma efectiva implementação do sistema de formação profissional tanto no que concerne aos dispositivos legais e institucionais como à dinamização de centros de formação profissional públicos, privados e/ou cooperativos.

Deverá ser optimizada a capacidade instalada das escolas técnicas numa lógica de priorização da formação profissional e profissionalizante de acordo com as necessidades da economia e do mercado do emprego.

É, finalmente, um objectivo essencial da política de desenvolvimento do capital humano implementar uma Política Nacional da Juventude, que será simultaneamente abrangente e coerente,

transversal e pragmática, propiciando à juventude cabo-verdiana a ocupação do espaço que lhe está reservado, enquanto força e garante do futuro da sociedade.

- **4.ª Opção: *Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade***

A construção de um modelo social que, paulatinamente, e de acordo com os recursos, vai permitir fazer face às grandes questões sociais e garantir os direitos dos cidadãos e o exercício da cidadania implica repensar o papel de todos os agentes sociais, implicados directa ou indirectamente no processo de desenvolvimento social de Cabo Verde, e reorganizar e reestruturar os serviços responsáveis pela aplicação das políticas de desenvolvimento e intervenção social, encorajando igualmente o desenvolvimento de estratégias de cooperação entre os vários intervenientes que prosseguem fins de solidariedade social e promovem o desenvolvimento social equitativo.

A pobreza é a privação dos direitos fundamentais do homem. A luta contra a pobreza, a exclusão e a marginalidade sociais continuam sendo grandes desafios. Lutar contra a pobreza implica, ao mesmo tempo, criar riquezas e beneficiar as populações pobres com programas sociais. Falar em criação e distribuição de riqueza é falar em emprego. O combate à pobreza requer um meio envolvente de crescimento económico acelerado, a descentralização das intervenções e uma abordagem participativa. Daí a necessidade de um esforço de integração institucional, sectorial e programática dos objectivos de luta contra a pobreza no funcionamento normal do sector público. A integração institucional é, em certa medida, o garante da assunção plena pelos poderes políticos dos objectivos e da observância da multisectorialidade das acções de luta contra a pobreza.

A redução da pobreza é não apenas um imperativo moral, mas igualmente um imperativo do desenvolvimento económico e social, ao qual todas as sociedades devem responder. O objectivo estratégico é a erradicação da pobreza absoluta e a mitigação do fenómeno da pobreza em Cabo Verde, privilegiando políticas definidas globalmente que incidem sobre as causas da pobreza. A luta contra a pobreza e a manutenção da coesão social passam assim pela definição e implementação de políticas em todos os sectores da vida económica e social que dêem prioridade à igualdade de oportunidades entre os indivíduos. A capacitação dos pobres pela educação, formação profissional e animação comunitária é determinante para a sua participação no desenvolvimento, tirando proveito das oportunidades oferecidas por esse mesmo desenvolvimento. Dever-se-á, neste quadro, desenvolver actividades de Informação, Educação e Comunicação (IEC) para a mobilização social.

Qualquer estratégia de luta contra a pobreza não terá o impacto almejado e não diminuirá a pobreza sem um ambiente de crescimento económico dinâmico que desperte nos pobres comportamentos empreendedores. Cabo Verde precisa portanto de um forte crescimento que permita distribuir rendimentos e obter recursos para financiar as bases de um desenvolvimento a

longo prazo no qual a educação, a saúde e as infra-estruturas sociais constituirão os pilares principais.

O enfoque da estratégia de luta contra a pobreza é de carácter global, combinando políticas económicas efectivas, políticas sectoriais articuladas e programas específicos para o crescimento sustentável e a redução da incidência e da extensão da pobreza. Este enfoque baseia-se no carácter multi-sectorial das intervenções, na potenciação da descentralização para um melhor êxito das políticas e programas definidos, com incidência directa nos grupos alvo e nas bolsas de pobreza, e visando impactos visíveis e mensuráveis na melhoria das condições de vida das populações nos meios urbano e rural bem como aumentar a sua participação no processo de desenvolvimento, no sentido da saída duradoura da pobreza. Neste contexto, o Governo desenvolverá de forma holística e global o «Poverty Reduction Strategy Paper» (PRSP).

São objectivos prioritários melhorar o acesso social, com destaque para as inúmeras carências nas áreas da saúde, educação, habitação e abastecimento em água potável, melhorar o acesso dos pobres aos recursos financeiros, a promoção de actividades geradoras de rendimentos sustentáveis, capacitar os pobres e promover a sua participação na segurança alimentar e luta contra a pobreza. A reforma do sistema de trabalhos públicos para o emprego bem como a reforma do sistema de protecção social, garantindo o alargamento e a sustentabilidade dos diferentes regimes e um sistema de segurança social efectiva são igualmente objectivos prioritários.

A segurança alimentar constitui um eixo óbvio de qualquer programa de luta contra a pobreza no país. Garantir uma base para a segurança alimentar interna e autónoma constitui um desafio que ultrapassa o curto e o médio prazos. Neste quadro, outro grande desafio é o de manter e reforçar o quadro de cooperação alimentar.

A implementação de um sistema de informação que permita aos intervenientes e ao grande público obter informações regulares sobre as actividades e a evolução dos indicadores é uma necessidade central. A aplicação de critérios rigorosos de elegibilidade na escolha das acções de luta contra a pobreza deve ser igualmente implementada.

No domínio das políticas sociais, impõe-se rever os sistemas de protecção e segurança sociais, especialmente para as categorias sociais mais vulneráveis, bem como promover uma política activa em relação à família visando reforçar a coesão social e a integração sócio-económica. Deve-se também estimular os estudos de fenómenos sociais como o alcoolismo, a prostituição, a delinquência e outros para levar ao seu reconhecimento enquanto patologias sociais e promover a adopção de medidas tendentes ao seu combate. Tais medidas deveriam ser implementadas a nível sectorial.

- **5.^a Opção: *Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado***

O desenvolvimento de Cabo Verde deve ser equilibrado no que concerne o conjunto das ilhas em função da vocação identificada para cada uma delas. Daí a importância de um ordenamento do território que facilite um processo equilibrado e equitativo no desenvolvimento do conjunto das ilhas, orientando o fenómeno importante e positivo da urbanização mas mitigando a desertificação interna. Deve-se potenciar o território cabo-verdiano, como factor de bem estar dos cidadãos e de competitividade da economia.

A organização racional do espaço é uma condição de base importante para o desenvolvimento das actividades económicas internas e a competitividade da economia bem como a melhoria da qualidade de vida. Ela fornece o quadro que permite ao Estado, aos operadores económicos e às populações a optimização e a unicidade dos seus esforços e investimentos.

As acções integradas de base territorial devem ser elaboradas numa perspectiva de elevação do nível de vida das populações e de suporte ao sector turístico, no quadro da integração do mercado interno.

A consecução dos grandes objectivos de desenvolvimento, quer sejam eles de natureza económica, social ou cultural, tem de passar por um intenso esforço de infraestruturização do país (desde logo, energia, água, saneamento, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, infra-estruturas rodoviárias, transportes marítimos, aéreos), sector que, em concertação com os operadores, deve ser dotado de uma correcta regulação e de um programa de investimento e de modernização.

A definição de estratégias de desenvolvimento dos assentamentos humanos, particularmente nas orlas costeiras, com o objectivo de contrariar o êxodo rural, é necessário. O mar deve passar a ser visto como fonte de recursos de desenvolvimento e factor de localização e orientação dos esforços de desenvolvimento para a ocupação ordenada e sustentada da orla costeira que oferece o potencial de actividades alternativas capaz de absorver os excedentes de mão de obra libertados pela agricultura.

É também urgente melhorar o ordenamento do espaço rural e das bacias hidrográficas. O estabelecimento de um equilíbrio entre o campo e a cidade em termos de condições de vida exige uma política concertada no quadro do desenvolvimento rural que permita evitar a transferência da pobreza para a cidade. O incentivo de uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social é uma condição necessária para o bem estar das populações do campo.

Alguns centros rurais, devidamente infra-estruturados física e institucionalmente devem servir de base para o desenvolvimento das regiões rurais, permitindo o desenvolvimento de uma economia baseada numa nova agricultura e na diversificação das actividades produtivas e de serviços, originando a densificação de um tecido de micro, pequenas e médias empresas nos vários domínios.

Haverá que modernizar a agricultura, desconcentrar serviços e instituições de apoio à produção para propiciar a fixação das populações nos centros urbanos secundários. O alargamento e a diversificação da base produtiva no meio rural é uma necessidade premente e há que desenhar estratégias para o efeito.

A diminuição da população activa agrícola deve contribuir para diminuir a pressão sobre as terras e ser aproveitada para fazer outra agricultura em Cabo Verde. Na maioria das zonas ecológicas, impõe-se uma revisão da agricultura no sentido de um melhor reordenamento e consequente aproveitamento do espaço rural. De igual modo, põem-se problemas como o da valorização dos produtos agrícolas, o da implementação do eco-turismo.

Nenhuma boa política que convenha ao mundo rural será viável se não se traçar uma estratégia que dê prioridade à optimização dos recursos hídricos, pois não se pode falar da produção agrícola no sentido lato (produtos agrícolas, florestais e da pecuária) se, a montante, não houver uma política coerente dos recursos hídricos. Deve-se aumentar a produtividade da água da rega e a produção animal. Torna-se assim urgente desenvolver um programa consistente de aproveitamento das águas superficiais.

Como medida para contrapor o êxodo rural, aponta-se para o reforço do sistema urbano nacional com o estudo e criação gradativa de uma rede sistémica de centros urbanos hierarquizados, no quadro de um correcto ordenamento do território e de uma distribuição sustentável da população pelos vários aglomerados, incluindo os rurais e sustentado numa nova divisão administrativa do país. Nas zonas urbanas, especialmente na capital do país, deve-se inverter a tendência para a degradação da qualidade de vida. Acções estratégicas deverão ser desenvolvidas no sentido da criação de espaços verdes de lazer e recreação, da construção de habitação social, de sanitários públicos e da intensificação das intervenções no domínio do saneamento básico.

Um desenvolvimento durável que não toma em consideração a dimensão ecológica é impensável pois ela é inerente ao desenvolvimento humano sustentável que imprime a necessária durabilidade aos projectos de desenvolvimento. A articulação dos programas ambientais com outros programas e projectos destinados à criação de emprego e rendimento no meio rural é necessária para o desenvolvimento ambiental saudável.

Finalmente, deve-se proceder à avaliação e revisão da política nacional de população e do seu plano de acção para ter um quadro de referência e de convergência que integre a abordagem género e as especificidades regionais, adequando ainda melhor as estratégias sectoriais de desenvolvimento aos parâmetros demográficos (migração, distribuição espacial, estrutura por sexo, idade, etc.). A montagem de um sistema de seguimento da evolução da população cabo-verdiana e de projecção dos indicadores sócio-demográficos para a efectiva integração das variáveis demográficas no processo de planeamento, particularmente nos sectores de educação e saúde, e reforçar as políticas de integração das populações socialmente marginalizadas revela-se uma necessidade no quadro da implementação das GOP.

7. IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A implementação das Grandes Opções do Plano depende em larga medida da definição de instrumentos e mecanismos eficazes de execução, seguimento e avaliação a nível nacional, sectorial, regional e autárquico. Por outro lado, determinadas políticas estruturais devem ser definidas numa óptica de continuidade, independentemente das alternâncias políticas, o que pressupõe instrumentos e mecanismos de consensualização e validação .

7.1. NATUREZA, FILOSOFIA E ABRANGÊNCIA DO PND

O Plano tem por objecto definir as orientações gerais e reflectir os grandes temas que, pelo seu carácter estruturante ou transversal, atingem todo o tecido económico e social. Como instrumento integrador das orientações e prioridades do desenvolvimento, a médio prazo, constitui um elemento importante de reforço da credibilidade do país junto dos parceiros de desenvolvimento , tanto a nível nacional como internacional.

O reforço do sistema de planeamento económico e social deverá resultar, por um lado, no aumento da eficácia da administração pública , através da criação de uma verdadeira administração para o desenvolvimento e , por outro, criar as condições para uma melhor afectação dos recursos .

Em sintonia com as orientações em matéria de "boa governação" , o processo de planeamento será aprofundado no sentido do reforço das componentes regional e municipal, enquanto suportes das políticas de desenvolvimento regional e municipal .

Destacam-se ,ainda , como princípios orientadores :

i) a subordinação do PND às Grandes Opções do Plano ; ii) a articulação do PND com o PIP enquanto expressão financeira do PND e o Orçamento do Estado; iii) o reforço da descentralização política e administrativa iv) a definição de mecanismos de participação e de construção de consensos;

7.2. QUADRO INSTITUCIONAL DO SNP

7.2.1 REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A clarificação do quadro institucional das atribuições, competências e de responsabilidades das diversas estruturas do Estado na implementação das Grandes Opções do Plano constitui uma das principais condições de eficácia das GOP. Esta clarificação tem a ver, entre outras, com a reforma da Administração Pública e com a reforma do sistema de planeamento . Trata-se de clarificar o quadro institucional de gestão do processo de elaboração, execução, seguimento e avaliação das GOP e do PND a nível nacional, sectorial, regional e local.

Há que orientar a administração pública para os objectivos do desenvolvimento a longo prazo, concebendo-a, essencialmente, como um instrumento privilegiado de realização do Projecto Nacional de Desenvolvimento, isto é, do Plano.

7.2.2 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEAMENTO

Face ao contexto político (democracia pluralista e afirmação do poder local) e económico (sector privado como motor do desenvolvimento) , a reestruturação do SNP deve clarificar o quadro institucional das competências e aumentar a capacidade de resposta das estruturas de planeamento a todos os níveis - central, sectorial, regional e local , na perspectiva da articulação e coordenação das políticas públicas do desenvolvimento

A arquitectura do sistema de planeamento deverá, ainda, ter em conta: (i) a articulação/integração entre as dimensões nacional, regional e autárquico do planeamento, (ii) a articulação entre o desenvolvimento económico e social e o ordenamento do território, (iii) a articulação entre as etapas do ciclo de planeamento (elaboração, execução, seguimento e avaliação), do orçamento (previsão, execução, seguimento e avaliação) e da mobilização de recursos (programação, negociação, execução, seguimento e avaliação), (v) a sustentabilidade financeira dos programas e projectos, orientando as negociações relativamente às modalidades mais adequadas de financiamento dos programas /projectos.

Atenção particular será reservada à organização das estruturas de planeamento regional e municipal , visando assegurar uma perspectivação do desenvolvimento a médio prazo e a criação de condições para a valorização das sinergias , potenciando ao mesmo tempo uma verdadeira integração do território nacional .

7.3 ARTICULAÇÃO ENTRE O PND, O PIP E O OE

O desenvolvimento do modelo orçamental por programas implica a redefinição dos métodos de gestão do investimento público . Igualmente, a adopção de novos instrumentos de programação deverá assegurar a criação de condições favoráveis à melhoria dos procedimentos de gestão do investimento público. Impõe-se, assim, uma adequada articulação entre os processos do PND (elaboração, execução, seguimento e avaliação) e os processos do PIP (sua expressão financeira) no quadro da elaboração do Orçamento do Estado.

A coordenação da ajuda revela-se crucial em todas as fases de desenvolvimento do PIP: (i) Elaboração do quadro macro-económico referente ao ano orçamental, e determinação dos recursos disponíveis para a despesa pública; (ii) Elaboração das directrizes com vista à preparação do Orçamento de Estado (componente PIP) e respectivo envio às unidades de execução (sectoriais, regionais, locais) ; (iii) Recebimento e processamento de propostas de projectos de investimento; (iv) Selecção dos projectos de investimento a incluir no PIP e, finalmente, (v) Elaboração da Proposta do Orçamento de Investimento. Uma abordagem sistémica impõe-se, tendo em conta os processos interligados de programação – execução – contabilização, os quais só podem ganhar coerência se fizerem parte de um sistema de informação globalmente coerente.

É nesta perspectiva que deve ser enquadrada a reforma do Sistema Nacional de Cooperação Internacional (SNCI), incluindo a cooperação descentralizada e a reforma do sistema de administração financeira do Estado (RAFE). Estas reformas devem ter em conta o modelo de gestão dos recursos Públicos subjacentes ao PND e, em particular, ao Programa de Investimentos Públicos (PIP). A meta a atingir, num futuro próximo, deverá ser a adopção integral do modelo de orçamentação por programas.

7.4 MECANISMOS DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

Não basta a formulação de Opções acertadas e credíveis. A eficácia na sua implementação depende, em larga medida, de mecanismos eficazes de acompanhamento e avaliação , ao nível da execução, tarefa que exige a definição de instrumentos claros e a estruturação de um sistema de informação .

O seguimento deverá basear-se num número reduzidos de instrumentos que assegurem a interligação entre os níveis de planeamento e articulação dos horizontes temporais (curto e médio prazo) . Assim, propõe-se como instrumentos específicos :

- o balanço anual das políticas e medidas , que deverá acompanhar a proposta de Orçamento do Estado ;

- o balanço anual do Programa de Investimentos Públicos , incluindo uma avaliação do impacto sobre os objectivos definidos;
- a avaliação a meio percurso do PND;
- a avaliação final do PND.

A estruturação de sistema de informação eficaz , capaz de fornecer os inputs necessários e em tempo útil, às estruturas de planeamento constitui um outro desafio. Daí a ênfase nas Reformas do Estado e da Administração Pública como problemática central de todas as reformas institucionais preconizadas no âmbito das GOP.

7.5 RECURSOS NECESSÁRIOS E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

O Governo criará instrumentos e mecanismos eficazes de mobilização de recursos em parceria estratégica com o sector privado e com todos os parceiros nacionais e internacionais do desenvolvimento (bilaterais e multilaterais) que possibilitem o financiamento de investimentos estruturantes que a debilidade do sistema financeiro nacional e do tecido empresarial não estão em condições de suportar.

Atrasos na infraestruturacão do país, por exemplo, vêm limitando a produtividade dos factores (designadamente o capital), condicionando a rentabilidade dos investimentos em sectores produtivos, limitando estruturalmente a capacidade competitiva do país, designadamente na atracção do Investimento Externo directo e, por conseguinte, adiando sistematicamente o alargamento da base produtiva interna.

No plano interno, a estratégia de mobilização de recursos enquadrar-se-á no pacote das políticas macro-económicas e ajustamento estrutural e estabilização, preconizadas no âmbito das GOP. De facto, no quadro de políticas macro-económicas de contenção do défice público e da procura agregada, importantes medidas de políticas serão tomadas no sentido da formação de poupanças públicas necessárias ao financiamento das contrapartidas nacionais dos projectos estruturantes financiados com recursos externos.

No plano externo, a dependência das GOP relativamente à mobilização dos recursos continuará a ser ainda elevada devido ao fraco nível de rendimento nacional, à pressão demográfica sobre os recursos, à ineficácia do sistema bancário e do sistema de gestão, conduzindo a níveis de poupança interna demasiado baixos para permitir o financiamento do crescimento com base apenas nos recursos do país.

A aposta na mobilização dos recursos externos orientar-se-á no sentido do reforço e capacitação institucional nas negociações dos financiamentos, na formulação de programas e projectos consistentes, coerentes e credíveis e na transparência e eficácia na gestão dos recursos públicos. Com efeito, não obstante o elevado peso relativo dos recursos externos no financiamento do Estado e, também, a recente tendência para a sua redução em volume e em qualidade, o limite à expansão deste tipo de recursos é a capacidade negocial do Estado ligada à antecipação dos impactos ex-ante e ex-post dos projectos financiados pelos doadores, a nível económico, social, cultural, político e ambiental.

O Estado adoptará ainda o princípio de envolvimento dos beneficiários e dos financiadores em todo o processo de formulação, execução, seguimento e avaliação de programas e projectos, analisando e difundindo o impacto dos programas. O relançamento do diálogo com os Parceiros de Desenvolvimento, envolvendo-os de forma directa, ampliando as margens de transparência e reforçando o comprometimento com o próprio processo de formulação do modelo e a sua pilotagem. Esforços serão levados a cabo, ainda, no sentido do enquadramento dos Programas e Projectos a serem financiados com recursos externos nas prioridades da Cooperação Internacional. Isto implicará os mecanismos de coordenação e intercâmbio de informação permanentes com os Parceiros, de modo a contribuir para uma abordagem de conjunto e criação de sinergias em áreas de interesse comum. A mobilização de recursos externos terá também em conta a integração entre a política externa, a cooperação internacional e a cooperação empresarial, na perspectiva da criação de parcerias estratégicas para o desenvolvimento.

A promoção do Investimento Externo Directo (IED) constitui, neste âmbito um elemento estratégico de referência. Assim, a estratégia de mobilização de recursos externos, seja em termos de transferências públicas ou privada, seja em termos de investimento directo, estará subordinada à uma política macro-económica equilibrada e estável que favoreça uma entrada duradoira de capital orientado para o investimento produtivo, ou mesmo fluxos significativo de recursos privados que facilitem a colocação de obrigações públicas junto de não residentes, favorecendo o desenvolvimento do mercado secundário de títulos e o financiamento da tesouraria do Estado com a mobilização directa de recursos em divisas.

Em relação ao financiamento do desenvolvimento, é portanto imperioso a captação e uma boa gestão da ajuda ao desenvolvimento, incluindo o endividamento externo, bem como uma política consentânea de atracção e de utilização das remessas dos emigrantes e do investimento externo directo em suporte ao processo de desenvolvimento nacional.

Com o apoio do Estado, as empresas nacionais deverão buscar activamente parcerias estratégicas, formas de associação com o capital estrangeiro e procurar fontes de financiamento junto de instituições financeiras externas.

7.6 POLÍTICA EXTERNA

O plano internacional detém, a vários títulos, uma grande importância para o desenvolvimento de Cabo Verde e, por isso, conceder a devida atenção à esfera internacional é um imperativo para a boa governação. Com efeito, a credibilidade do país e a efectividade da acção internacional de Cabo Verde podem ser transformados em elementos da competitividade do nosso país.

A política externa constitui um domínio de capital importância para Cabo Verde. Além das exigências da globalização, a adversidade das condições geo-climáticas do país, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade, a pequenez do território impossibilitam o mesmo de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento pelo que se torna necessário a mobilização de recursos externos, tanto públicos como privados.

A orientação da política externa terá, assim, em conta o imperativo da integração de Cabo Verde na economia mundial, sem perder de vista os objectivos de um desenvolvimento auto-sustentado, a sua situação de país menos avançado, pequeno estado insular, flagelado pela seca e pela desertificação, inserido numa região onde persistem factores de instabilidade política e conflitos localizados, bem como a existência de uma expressiva franja da sua população na diáspora.

O estabelecimento de uma linha estratégica orientada para o futuro implica ainda todo um esforço de afirmação da utilidade do país no plano internacional, desde logo assegurando um desempenho político-diplomático efectivo que, nomeadamente, em colaboração com organismos internacionais mas também potenciando as vantagens proporcionadas pela integração regional, conceda primazia a uma empenhada contribuição para o desenvolvimento e a estabilidade do continente africano.

Nesse contexto, uma gestão rigorosa dos recursos, no quadro de uma boa governação, e uma maior disciplina macro-económica, constituirão elementos de competitividade de Cabo Verde na captação da ajuda pública ao desenvolvimento, na promoção do investimento externo e das exportações de bens e serviços nacionais.

A existência de importantes comunidades cabo-verdianas no exterior será também encarada nessa perspectiva global do desenvolvimento do país.

7.7 O PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As condicionantes estruturais à utilização plena de recursos e factores através de uma especialização do país na economia global, continuam, ainda, bastante fortes. Os fundamentos para

a manutenção da ajuda prendem-se com o «Triângulo da Vulnerabilidade Básica», em que assenta a economia de Cabo Verde: Vulnerabilidade económica (balança de pagamentos, finanças públicas e situação alimentar, estruturalmente deficitários), Vulnerabilidade demográfica (pressão demográfica sobre os recursos) e Vulnerabilidade ecológica e geográfica (características geo-climáticas, insularidade, estrutura arquipelágica com custos elevados). Assim, à semelhança dos outros pequenos Estados insulares, Cabo Verde terá necessidade de recursos financeiros e técnicos adicionais para fazer face, com sucesso, às causas profundas da sua vulnerabilidade.

A ajuda externa deve ser encarada, simultaneamente, como indispensável a curto e médio prazo, mas acima de tudo, como uma oportunidade, tal como a emigração, ligada às nossas fraquezas internas. Assim, uma política activa de mobilização da ajuda pública internacional deverá, à semelhança da política para as comunidades emigradas, estar subordinada a uma estratégia eficaz de endogenização dessas oportunidades no sentido de transformar em forças a médio e curto prazos as actuais fraquezas internas geradoras do fenómeno da assistência. Uma tal estratégia recomenda a reestruturação do actual sistema global e integrado de afectação e gestão da ajuda, designadamente, ao nível institucional, das políticas, dos instrumentos e dos sectores prioritários, em ordem a assegurar a necessária coordenação da gestão da ajuda externa, garantindo-lhe maior transparência e eficácia.

Esta opção fundamental pressupõe, igualmente, o desenvolvimento de uma forte capacidade negocial, bem como a capacitação das diversas estruturas e agentes. A coordenação da política externa, com o fim de garantir maior eficácia na implementação das GOP, implica também assegurar um melhor enquadramento da cooperação descentralizada, económica e empresarial.

A introdução de critérios de eficiência e eficácia económica na afectação dos recursos públicos, em particular os externos, exige não apenas uma coordenação centralizada da totalidade dos recursos públicos mas também a sua integração num sistema coerente de gestão global (coordenação centralizada da gestão dos recursos públicos) sem pôr em causa os princípios de gestão baseados no rigor, na transparência, na disciplina, na autonomia e descentralização.

Na perspectiva da criação de um sistema global integrado de gestão dos recursos públicos deverá ser criado um sistema de gestão e avaliação eficiente ao nível do Governo, fazendo intervir o Ministério das Finanças e Planeamento e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. Impõe-se uma solução que garanta a eficácia económica na gestão dos recursos públicos e seja capaz, simultaneamente, de dar confiança aos parceiros de desenvolvimento, com uma gestão de rigor e transparência.

7.8 O PAPEL DAS COMUNIDADES EMIGRADAS

A comunidade emigrada é parte integrante da nação cabo-verdiana. Será fundamental conseguir a sua contribuição na vida política, económica, social e cultural do país, ressaltando o seu potencial como fonte de recursos humanos qualificados e de melhoria da capacidade tecnológica e empreendedora de Cabo Verde.

Tal como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a poupança dos emigrantes constitui uma das principais fontes do equilíbrio interno e externo da economia nacional. A diminuição dos fluxos emigratórios e a tendência ao reagrupamento familiar constituem aspectos marcantes da evolução recente da emigração com impacto importante sobre a vida social dos cabo-verdianos e económica do país.

No entanto, existe uma contradição, a longo prazo, entre uma política activa de incentivo à emigração (tendo em conta os benefícios de curto prazo) e uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada no capital humano, tido como o principal recurso do país, face à penúria dos recursos naturais convencionais. O país terá de resolver este dilema com políticas adequadas. Assim, a política da emigração deverá considerar que o desenvolvimento do sector produtivo e das exportações constitui uma solução a longo prazo para os problemas de desemprego e da balança de pagamentos. A prazo, a base geradora de recursos assentará no tecido produtivo. A aposta será, por isso, na exportação de soluções e não de recursos.

No domínio económico, a política para as comunidades emigradas terá em conta a estratégia nacional do desenvolvimento baseada na promoção do sector privado (protecção dos investimentos do emigrante), do investimento externo, do turismo (joint venture), das exportações (mercado étnico como extensão do mercado interno) e do aproveitamento das vantagens da regionalização e da integração no sistema económico mundial através da internacionalização crescente de sectores estratégicos da economia nacional (construção civil, banca e seguros). A política de incentivo às remessas terá igualmente em conta a internacionalização do mercado de capitais e o desenvolvimento da Bolsa de Valores e do Mercado Secundário de Títulos.

8 O PAPEL DOS ACTORES

Caracterizam as sociedades democráticas de hoje a existência de três sectores: o Estado, o privado e o social. A questão estratégica central que se coloca à boa governação em Cabo Verde é saber como gerir o ponto de intersecção dinâmico e permanente de demandas mútuas entre esses três sectores.

No mundo, está-se a viver um tempo histórico que tem como característica fundamental a rapidez com que se sucedem as mudanças, gerando maior grau de incertezas e imprevisibilidade. Este dinamismo atinge o social, o científico– tecnológico, o económico e as suas relações mútuas, tornando assim mais complexo o contexto no qual se desenvolvem tanto as pessoas, como as organizações e instituições públicas e privadas.

O desenvolvimento não se objectiva no mero crescimento económico, mas sim na qualidade de vida desejada, que se traduz em padrões predefinidos de justiça, de saúde, de educação, de cultura física e intelectual, de trabalho e lazer. Traduz-se, igualmente, num efectivo paradigma social que guia as acções do Estado, complementado pelas organizações da sociedade civil e pelo sector privado, e permite promover o bem estar social e individual. O desenvolvimento será, pois, construído numa lógica de parceria.

O sector social é o sector em foco. Ele representa o espaço de actuação onde são arquitectadas soluções e respostas, em parceria com o Estado e de forma crescentemente autónoma, às crescentes demandas sociais, cada vez mais complexas e localizadas e onde se liberta a criatividade dos cidadãos, individualmente ou em organizações, cujas actividades protagonizam a nova cidadania, num processo de alargamento e aprofundamento da democracia.

Numa altura em que o fenómeno da globalização se impõe a nível mundial como uma ordem económica inevitável, um desafio grande se coloca ao empresariado nacional para transformar a sociedade de informação e a economia centrada no conhecimento numa realidade. Para isso, ele deve organizar-se, abrir-se à mudança, promover a criatividade e a inovação, e explorar activamente as oportunidades do mercado interno e externo, incluindo a procura activa de parceiros estratégicos, de oportunidades de “joint-venture” e de fontes alternativas de financiamento das suas actividades e negócios, visando a sua expansão. O Estado deverá apoiar o sector privado nesta área.

Questões inerentes à verdadeira natureza do desenvolvimento como a equidade, a justiça social e o crescimento com qualidade não são resolvidas só com o funcionamento liberal das economias de per si. Será sempre necessária uma acção correctiva às forças do mercado. Embora os mecanismos de uma economia de mercado tragam uma quota mais saudável de eficiência à sociedade, deve-se ter em conta que esta tem, para além da eficiência, outros objectivos entre os quais o da equidade que normalmente o mercado não assegura. Portanto, o Estado terá de assumir, sem dúvida, um papel importante na regulação da economia e da sociedade.

As funções do Estado deverão contudo ser redefinidas e redimensionadas face às novas exigências da sociedade civil e do sector privado, no quadro da Reforma do Estado e da Administração Pública.

O papel, as missões e a função do Estado no novo contexto exigem que se ponha a tónica na capacitação da sua função organizadora e na qualidade da sua intervenção como factor crucial no processo de desenvolvimento, em detrimento de um Estado onnipotente e onnipresente.

O Governo deve ser actuante, facilitador e regulador do desenvolvimento, forjador de consensos e criador de forças e ter por meta encorajar o investimento sustentado em habilitações dos recursos humanos, na inovação e nos activos físicos. Cabe ao Governo não somente definir políticas públicas mas estabelecer condições de competição entre os agentes económicos, promovendo as iniciativas de investimentos e criação de novos negócios, implementar uma base regulamentar e legal que proteja os interesses dos cidadãos e estimule o desenvolvimento do sector privado. A formação dos recursos humanos e a geração da tecnologia, em particular, necessitam de uma política explícita e continuada do sector público.

A descentralização constitui um eixo estratégico para o reforço da democracia e a promoção do bem estar social e económico das comunidades locais. Hoje em dia, não se pode almejar o desenvolvimento durável ou sustentável sem pôr a tónica na necessidade que os Estados modernos têm em descentralizar e/ou partilhar as suas responsabilidades com estruturas e órgãos locais democraticamente eleitos pelas populações por forma a criar, por um lado, um ambiente propício à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e, por outro, para um melhor exercício da governação.

A efectivação do exercício da cidadania faz-se com a aproximação do poder e da administração às populações, na prossecução do interesse público. Construir uma sociedade mais interventora é o grande desafio. A melhoria, desenvolvimento e potenciação da capacidade de intervenção do cidadão, com o aumento da participação e protagonismo político da população em geral, com uma capacidade permanente de influência, reivindicação e de reacção, com espaços organizados da sociedade civil para o efeito, um forte desenvolvimento do associativismo, das ONG e das organizações sindicais é uma necessidade premente do desenvolvimento. Cada cidadão deve ser um agente do desenvolvimento e da cidadania e os cidadãos devem organizar-se para controlar o Estado.

A consolidação de uma opinião pública esclarecida capaz de se constituir, se for necessário, em grupos de pressão acompanha também o aprofundamento da democracia. Uma sociedade bem gerida terá de ser uma sociedade bem informada e consciente. Para tal, a comunicação social deve contribuir para elevar o nível de formação e informação das populações, favorecer uma correcta formação da opinião pública nacional e promover os valores éticos e culturais da sociedade caboverdiana.

A afirmação da comunicação social como um instrumento do desenvolvimento implica que seja livre, independente e pluralista, esteio necessário e salutar para a formação do espírito crítico na comunidade nacional.

Finalmente, o Estado deve facilitar e promover a iniciativa individual e o modelo educacional deve fomentar a educação para a cidadania

9 CONCLUSÃO

As Grandes Opções do Plano propõem-se facilitar as arbitragens que o país terá de fazer e criar as condições para a implementação de um modelo estratégico de desenvolvimento, no quadro de uma visão partilhada do futuro da nação e dos novos desafios que o contexto internacional impõe.

Apesar dos avanços registados e das conquistas alcançadas por Cabo Verde no seu percurso de nação independente, os progressos carecem ainda de sustentabilidade e de garantia da sua perenidade, sendo o óbice principal o desequilíbrio estrutural entre a produção nacional e a despesa interna.

A visão nacional do desenvolvimento do país e a imagem do futuro que se ambiciona, pretendem o Governo e os cidadãos alcançá-las no âmbito de uma estratégia global que tem como principais elementos configuradores a integração do país na economia internacional, o fortalecimento do sector privado para assumir o papel de motor da economia e o desenvolvimento e fortalecimento da cultura nacional.

O optimismo e a confiança nas capacidades do país concretizar a visão são grandes. A principal estratégia é o envolvimento das autoridades públicas e da população, ou seja, o esforço dos próprios nacionais. A cooperação internacional pode e deve também - no quadro do movimento de solidariedade internacional que é uma grande conquista da humanidade - desempenhar um papel importante para resolver o problema futuro de Cabo Verde.

As 5 *Grandes Opções do Plano* definidas, no quadro de um processo participativo, são assim vectores estruturadores da acção das várias áreas da governação rumo à materialização de uma etapa do processo de desenvolvimento que tem como objectivos centrais permitir a verdadeira descolagem da economia nacional e garantir um patamar superior de qualidade de vida aos cidadãos nacionais.

Essas **GRANDES OPÇÕES** são:

- *Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reformando o Estado, intensificando Democracia e reforçando a cidadania;*
- *Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva;*
- *Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento;*
- *Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade;*
- *Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado;*

A realização dos objectivos das GOP dependerá em larga medida da implementação de instrumentos e mecanismos eficazes de execução, seguimento e avaliação a nível nacional, sectorial, regional e autárquico. Uma profunda reforma da Administração do Estado surge como a problemática central de todas as reformas institucionais preconizadas no âmbito das GOP. A estrutura do Estado e da Administração Pública deverá assentar na estrutura do Projecto Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo.

No domínio da mobilização dos recursos externos, a reavaliação e redimensionamento do sistema nacional de cooperação em moldes que lhe permitam ganhar uma maior eficácia e coerência é uma outra necessidade. A mobilização de recursos externos deve ser integrado em sistema (globalizado ao nível nacional, coerente e coordenado) com uma integração harmónica no sistema nacional de cooperação, da cooperação descentralizada e da cooperação económica e empresarial.

O sistema nacional de planeamento deverá consolidar em todas as suas vertentes a abordagem programa e permitir uma melhor integração das variáveis demográficas na planificação.

A consolidação da democracia e a valorização das instituições democráticas, associadas ao despertar de uma forte consciência nacional “desenvolvimentista” é a chave do sucesso de Cabo Verde.

O país estará em condições de entrar com êxito no novo século e milénio se tiver uma política claramente definida que facilite a participação de todos os actores de desenvolvimento (Governo,

sector empresarial, sociedade civil) e sobretudo lhes permita opinar e participar na tomada de decisão sobre assuntos que lhes dizem respeito.

O consenso garantirá a viabilidade da concretização das grandes opções sócio-económicas. Este consenso será construído em torno de objectivos económicos e sociais que transcendem todos os particularismos. Ele será o garante da aceitação dos esforços indispensáveis à obtenção dos resultados previstos.